

**Integração Escolar e
Discriminação de Alunos Estrangeiros em Portugal e na
Roménia, no Ensino Universitário**

Bianca Chintoan-Uța

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

Março, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica
da Profª Maria do Carmo Vieira da Silva

Índice de Siglas

ACIDI: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

APEDI: Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARACIS: Agência Romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior

ARCA: Associação Romena para os Refugiados e Migrantes

ARPS: Associação Romena para a Promoção da Saúde

CE: Comissão Europeia

CIDAC: Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

CNCD: Conselho Nacional de Combate à Discriminação (Roménia)

EDS: Everyday Discrimination Scale

IGI: Inspeção Geral para Imigração (Roménia)

INDE: Organização de Intercooperação e Desenvolvimento

OECD: Organisation for Economic Co-operation and Development

ONG: Organização não Governamental

UE: União Europeia

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



: Citados relacionados com o tema do multiculturalismo

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1	2
Enquadramento Teórico	2
1. Educação na União Europeia.....	2
1.1 Objetivos e Políticas.....	2
1.2 Educação em Portugal e na Roménia.....	5
1.2.1Portugal	5
1.2.2 Roménia	6
1.2.3Comparações.....	7
2. O Conceito de Estudante Estrangeiro	9
2.1 Imigração e integração de estrangeiros em Portugal e na Roménia	11
3. Integração de Estudantes Universitários.....	14
3.1 Métodos de integração escolar propostos pela UE	14
3.1.1 Currículo e materiais adequados.....	17
3.1.2 Ensino da língua do país de acolhimento	Error! Bookmark not defined.
3.1.3 Programas na língua/cultura materna	19
3.1.4 Envolvimento dos estudantes locais	19
3.2 Métodos e programas de integração em Portugal e na Roménia	21
4. Discriminação	26
4.1 Conceito	26
4.2 Casos	26
Capítulo 2	29
Estudo Empírico	29
Introdução	29
5. Metodologia.....	30
5.1 Instrumentos	30
5.2 Participantes	31
5.3 Limitações do estudo.....	33

6. Discussão dos Resultados	34
7. Conclusões e Recomendações	45
Referências.....	47
Anexos	50

Resumo

Em tempos de crise económica e menos restrições de viajar entre os países, a Europa confronta-se com uma mudança das necessidades e demandas das pessoas. Tendo isso em conta, a UE trabalha para satisfazer essas demandas e para uniformizar os Estados Membros num modelo europeu a fim de todos terem igualdade. A educação não constitui exceção e o presente estudo trata o problema da integração escolar e da discriminação dos estudantes estrangeiros em dois países com uma trajetória diferente na UE, Portugal e Roménia, observando assim quais são as diferenças ou semelhanças relativamente ao tema em análise.

Palavras-chave: *educação, estudante estrangeiro, integração de estudantes universitários, discriminação.*

Abstract

In times of economic crisis and with less travel restrictions between countries, Europe is facing a changing in people's needs and demands. Considering this, EU works to meet those needs and to bring uniformity of all Member States after a European model in order to provide equality for all. Education is no exception and this study addresses the issue of school integration and discrimination of foreign students in two countries with different trajectories in the EU, thus noting what are the differences and similarities between these.

Keywords: *education, foreign student, integration of university students, discrimination.*

Introdução

A Europa assiste ao aumento do número de imigrantes e por consequência ao aumento significativo de alunos de origem estrangeira a frequentar as escolas dos estados membros. Isso faz com que as unidades de ensino sejam expostas a novos desafios, como por exemplo: encontrar novos métodos de ensinar para satisfazer todos os alunos, garantir igualdade entre os alunos, enfrentar a discriminação e lutar contra ela. A UE reconheceu esta situação e tendo isso em conta trabalha para melhorar e uniformizar os sistemas de ensino nos estados membros.

O presente estudo, inicialmente pensado para dar uma visão sobre a discriminação nos sistemas de ensino na Europa com dois exemplos particulares (Portugal e Roménia), limita-se (por considerações de tempo e de recursos) a uma comparação entre duas universidades dos países mencionados. Será abordada, em primeiro lugar, a questão dos métodos de integração escolar dos estudantes estrangeiros. A partir da pergunta *Como se realiza a integração dos alunos estrangeiros nas universidades de Portugal e da Roménia?* no primeiro capítulo, após a revisão da literatura, descreve-se este problema no contexto europeu, sendo no segundo capítulo apresentada a situação encontrada nas universidades dos dois países em questão. Em segundo lugar, aborda-se o tema da discriminação dos estudantes estrangeiros. A partir da pergunta *Estará a discriminação de estudantes estrangeiros presente nas faculdades europeias?* o segundo capítulo apresenta os resultados obtidos após a aplicação de questionários a estudantes estrangeiros. O estudo finaliza com a apresentação das conclusões e de recomendações decorrentes dos resultados obtidos.

Os objetivos do estudo são de verificar em que medida os estados membros aplicam e respeitam as iniciativas da UE no que diz respeito às políticas de integração escolar e de indentificar a presença ou não da discriminação, apesar das recomendações da UE neste sentido. A escolha deste tema está relacionada com a experiência vivida como estudante estrangeiro e com o desejo de analisar a situação no meu país de origem, sendo que na Roménia não há até agora muitos dados sobre este assunto.

Capítulo 1

Enquadramento Teórico

1. Educação na União Europeia

1.1 Objetivos e Políticas

A educação toma uma série de diferentes definições como pode ser notado nos seguintes exemplos: “Conjunto de normas pedagógicas ao desenvolvimento do corpo e do espírito”¹; “Conjunto de medidas aplicadas de forma sistemática para a formação intelectual e para o desenvolvimento, moral e físico de crianças e jovens ou indivíduos, sociedade, etc”²



“A principal meta da educação nas escolas deve ser a criação de homens e mulheres que estejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram”. (Jean Piaget)

No que diz respeito ao processo da educação na Europa os governos nacionais são responsáveis pelos respectivos sistemas de ensino e formação e as universidades organizam autonomamente os seus currículos e regras de funcionamento. No entanto, os desafios do ensino superior são semelhantes em toda a UE e há claras vantagens nos estados membros em trabalhar juntos. Por isso, a UE tem-se esforçado para uma uniformidade dos sistemas de ensino superior, sendo uma primeira medida a implementação do processo de Bolonha. Este foi uma grande reforma criada com o objetivo de fornecer respostas para questões como a responsabilidade pública do ensino superior, a sua governação e os valores e funções do ensino superior nas sociedades modernas, globalizadas e cada vez mais complexas. Com a implementação do processo de Bolonha pretende-se que os sistemas de ensino superior nos países europeus funcionem de tal forma que: a) seja fácil passar de um país para o outro (no espaço europeu do ensino superior) com a finalidade de estudo ou emprego; b) aumentar a atratividade do ensino superior europeu para que pessoas de países não europeus venham também estudar e/ou trabalhar

¹ “educação”, no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/educa%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 04-02-2014].

² “educação”, no Dicionário Explicativo Romeno (1998), <http://dexonline.ro/definitie/educa%C8%9Bie> [consultado em 04-02-2014].

na Europa. A estrutura básica adotada é de três ciclos de qualificações do ensino superior e o quadro de qualificações adotado define as qualificações em termos de resultados da aprendizagem. Estas revelam o que os alunos sabem e podem fazer após a conclusão dos seus graus académicos. Ao descrever os ciclos de estudos esta estratégia faz uso do Sistema Europeu de Transferência de Créditos de Acumulação (ECTS).

Ambos países, Portugal e Roménia, não fazem exceção implementando o processo de Bolonha, sendo a licenciatura reduzida para 3 anos, o mestrado para 1-2 anos e o doutoramento para 3-4 anos.

Outras medidas foram tomadas pela CE que trabalha em estreita colaboração com os decisores políticos para apoiar o desenvolvimento de políticas do ensino superior nos países da EU, como por exemplo a estratégia de Educação e Formação 2020. Educação e Formação 2020 é um novo quadro estratégico para a cooperação europeia na educação e formação que tem por base o seu antecessor, o *Educação e Formação 2010*. Este programa fornece técnicas, objetivos e estratégias comuns aos Estados-Membros, incluindo um conjunto de princípios para atingir esses objectivos, bem como os métodos de trabalho comuns. Na agenda desta estratégia existem cinco prioridades-chave para a modernização do ensino superior na União Europeia³:

- Aumentar o número de diplomados do ensino superior.
- Melhorar a qualidade e relevância do ensino e aprendizagem.
- Promover a mobilidade de estudantes e professores e a cooperação transfronteiriça.
- Fortalecimento do triângulo de conhecimento: ligando a educação, a pesquisa e o trabalho.
- Criação de uma governação eficaz e mecanismos de financiamento do ensino superior.

Cada uma destas tem várias medidas e recomendações apresentadas, como por exemplo: “Reforçar a qualidade do ensino através da *mobilidade* e da cooperação além

³ European Commission, Education and Training: Higher Education Policy:
http://ec.europa.eu/education/policy/higher-education/index_en.htm, [consultado em 04-02-2014].

fronteiras”⁴. A aprendizagem da mobilidade ajuda os indivíduos a aumentar as suas competências e a empregabilidade profissional, social e intercultural. Os Ministros da Área do Ensino Superior Europeu concordaram em dobrar a proporção de alunos que concluem um estudo ou formação no estrangeiro para 20% até 2020. Mesmo assim, o reconhecimento das qualificações académicas adquiridas no estrangeiro ainda é muito difícil, assim como a flexibilidade de subvenções e empréstimos é restrita. A mobilidade continua a ser limitada e há vários obstáculos que impedem a livre circulação dos investigadores na UE⁵. Por isso é recomendada a implementação de um sistema que promova a mobilidade na aprendizagem e o uso de ferramentas de garantia da qualidade (como o European Quality Assurance Register) que facilitam a confiança mútua, o reconhecimento académico e a mobilidade. Outras recomendações fundamentais apresentadas na estratégia Educação e Formação 2020 para os Estados membros e as instituições de ensino superior foram as seguintes:

- Incentivar as instituições a construírem currículos com mais enfoque sobre a aprendizagem do tema da mobilidade; eliminar entraves desnecessários na comutação entre instituições entre os níveis de licenciatura e mestrado e apoiar a cooperação e os intercâmbios transfronteiriços;
- Assegurar o reconhecimento eficiente dos créditos obtidos no exterior por meio de uma garantia de qualidade eficaz, o uso consistente do ECTS e do Suplemento ao Diploma, e ligar as qualificações ao Quadro Europeu de Qualificações;
- Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e formação - todos os cidadãos precisam ser capazes de adquirir competências-chave e todos os níveis de educação e formação precisam de ser mais atraentes e eficientes;
- Promover a equidade, a coesão social e a cidadania activa - a educação e a formação devem permitir a todos os cidadãos adquirir e desenvolver habilidades e competências necessárias para a sua empregabilidade e promover a aprendizagem futura, a cidadania activa e o diálogo intercultural;
- Integrar a dimensão da igualdade de oportunidades para os objetivos e o funcionamento da cada sistema de educação e formação;

⁴ Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Supporting Growth and Jobs – an agenda for the modernisation of Europe's higher education systems, COM/2011/0567 final.

⁵ European Commission, Education and Training: Higher Education Policy: http://ec.europa.eu/education/policy/higher-education/index_en.htm, [consultado em 04-02-2014].

- Assegurar o acesso equitativo à aquisição de competências.

Em conclusão, o principal objetivo desta estratégia é apoiar os estados membros no futuro desenvolvimento dos seus sistemas de educação e formação.

1.2 Educação em Portugal e na Roménia

Ao nível da legislação tanto Portugal como a Roménia têm previstos direitos iguais para os alunos estrangeiros e vários métodos de apoio, como, por exemplo, o ensino da língua do país de acolhimento. Segue-se uma apresentação dos artigos referentes a este contexto nos dois países.

1.2.1 Portugal

O artigo 73º da Constituição Portuguesa estipula o seguinte: 1) Todos têm direito à educação e cultura; 2) O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação realizada através da escola e de outros meios formativos contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais. O artigo 74, ponto j) diz o seguinte: “assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino”. Relativamente à Lei de Base do Sistema Educativo está previsto no artigo 2 que: 1) - Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República. Contudo não é claro e torna um pouco confuso o que “todos” da Constituição refere: os portugueses ou também outros cidadãos da União Europeia?

A Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação chama a atenção para a importância do ensino da língua do país de acolhimento:

De direção dupla, envolve, pois, os que chegam e os que acolhem e integram, exigindo o esforço de ambas as partes na partilha e compreensão de hábitos, costumes, valores, religiões e línguas. Desta realidade e considerando a emergência e a urgência da sua integração, questão que se tem vindo a tornar, de forma cada vez mais sistemática, no pilar do debate político e público europeu sobre a imigração, o direito à língua do país de acolhimento impõe-se como prioritário, de modo que, em lugar de funcionar como instrumento de discriminação, a língua se constitua como meio de acesso à cidadania, como um direito cuja aprendizagem viabilizará o usufruto de outros

direitos, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão.

No Plano para a Integração dos Imigrantes, publicado em 2007, também é destacada como mediada importante a valorização do ensino do Português como língua não materna, enquanto fator gerador de uma maior igualdade de oportunidades para todos.

1.2.2 Roménia

A legislação romena no artigo 45, pontos 2) e 5) define o conceito de estrangeiro e de aluno estrangeiro como: “estrangeiro é a pessoa que não tem cidadania romena, mas tem cidadania de outro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu”; “qualquer estrangeiro que foi aceite por uma instituição de ensino pública ou privada, credenciada ou provisoriamente autorizado por lei, incluindo a participação em cursos de doutoramento tem a qualidade de aluno”.

Relacionado com os direitos dos alunos estrangeiros a Lei da Educação Nacional de 10 de janeiro de 2011 prevê os seguintes pontos:

Art. 1: (4) O Estado assegura aos cidadãos da Roménia direitos iguais de acesso a todos os níveis e formas de ensino pré-universitário e universitário, assim como na aprendizagem ao longo da vida, sem nenhuma forma de discriminação.

(5) Os mesmos direitos são garantidos para os outros cidadãos dos Estados membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu e da Confederação Suíça.

(6) Os mesmos direitos são reconhecidos igualmente aos menores que solicitam ou têm alguma forma de proteção na Roménia, aos menores estrangeiros e apátridas cuja estadia no território da Roménia é oficialmente reconhecida conforme a lei.

Depois no artigo quatro desta mesma lei, o ponto e) sugere que o objetivo do ensino deve ser: “educação no espírito de dignidade, tolerância e respeito pelos direitos fundamentais e liberdades do homem.”

O artigo 45 refere: (1) As pessoas pertencentes a minorias nacionais têm o direito de estudar e ensinar em sua língua materna em todos os níveis, tipos e formas de ensino pré-universitário, em conformidade com a lei.

(3) Independentemente da língua materna ou da língua estudada anteriormente, qualquer cidadão romeno ou cidadão da UE e da Confederação Suíça tem direito a inscrever-se e a aprender em

todos os níveis de ensino e formas de educação na língua romena, em línguas minoritárias ou línguas internacionais (quando oferecidas pelas unidades de ensino).

No que diz respeito ao ensino superior os seguintes artigos apontam:

Art. 82. (5) Os estudantes estrangeiros no ensino superior podem se qualificar para bolsas de estudo, de acordo com a lei.

Art. 118. (2) No ensino superior não são permitidas a discriminação com base na idade, etnia, sexo, origem social, os tipos de política ou opção religiosa, sexual ou outras formas de discriminação, exceto na medida prevista pela lei afirmativa

Art. 142 (4) Na admissão ao ensino superior, público e privado, para cada ciclo e programa académico, os cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia, dos Estados do Espaço Económico Europeu e da Confederação Suíça têm direito de se inscrever sob as mesmas condições previstas em lei para os cidadãos romenos, incluindo aquelas sobre propinas.

Art. 202. — (1) Os princípios que regem o trabalho dos estudantes da Universidade na Comunidade são: a) o princípio da não-discriminação — todos os alunos recebem igual tratamento por parte da instituição de ensino superior, qualquer discriminação directa ou indirecta contra um estudante é proibida.

1.2.3 Comparações

Verifica-se, assim, uma diferença de linguagem utilizada nas duas Constituições: o termo ambíguo “todos” na Constituição portuguesa e a diferença entre “cidadãos romenos” e “cidadãos dos outros estados” feita na Constituição romena.

Relativamente à organização do ensino superior, em Portugal este constitui, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, uma das componentes da educação escolar, para além do ensino secundário e básico. O ensino superior português é um sistema binário e compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, o que o distingue do sistema de ensino superior romeno onde essa divisão não existe. Tanto o ensino superior português como o romeno estão integrados numa rede pública e numa rede privada. O sistema universitário romeno é mais novo, sendo que mais de metade das universidades romenas têm uma idade inferior a 20 anos. “Em termos de tradição ou idade, o sistema de ensino superior na Roménia é uma combinação de instituições de ensino superior jovens (de idade não superior a 20 anos) e de instituições de tradição com uma idade entre 50 e mais de 100 anos” (ARACIS, 2010, p.37). Ao contrário,

Portugal tem um sistema mais antigo, sendo a Universidade Coimbra (1290) uma das universidades mais antigas do mundo e a mais antiga de Portugal. Ambos os sistemas de ensino oferecem programas de estudo para os três ciclos universitários: licenciatura, mestrado e doutoramento.

O sistema de classificação português utiliza uma escala de 0 a 20 (0 sendo insuficiente e 20 excelente), diferente da escola romena de 0-10 (0 sendo a mais baixa classificação e 10 a mais alta). A fim de promover um curso o valor mínimo em Portugal é 10 e na Roménia, dependendo do tipo de exame, o valor mínimo pode ser 5 ou 6. Em ambos os países as propinas são definidas pelas diferentes instituições de ensino superior, e o valor é definido entre um mínimo e um máximo, dependendo do tipo de curso.

Na Roménia, uma característica comum de todas as instituições é que oferecem cursos em romeno, apenas 8% organizam um programa de estudo em uma língua internacional. “Estes dados apoiam a ideia lançada no *Barómetro da Qualidade do Ensino Superior - 2009*, de que na Roménia o sistema universitário continua a ser semi-fechado para os estudantes estrangeiros” (ARACIS, 2010, p.38), sendo o acesso a programas de graduação para estudantes estrangeiros restringido por barreiras linguísticas. “Como tendência geral, as instituições de ensino superior na Roménia estão fechados, não só ao fluxo de estudantes estrangeiros, mas também a colaborações inter-universitárias zonais ou regionais, por isso 57% das instituições visam nos seus planos fortalecer os sistemas de transferência de créditos” (ARACIS, 2010, p.40). Com respeito aos futuros desafios que o ensino superior romeno tem de gerir em termos nacionais e especialmente europeus é importante mencionar: avaliação externa de todas as instituições de ensino superior, em conformidade com as normas europeias para a garantia da qualidade; aumento da competitividade das universidades no mercado europeu e atrair estudantes estrangeiros, tanto de espaço europeu como internacional (ARACIS, 2010).

Portugal também tem feito uma reforma do sistema de ensino superior que incluiu a implementação de uma série de medidas que procuram garantir uma eficaz e menos burocratizada mobilidade nacional e internacional de estudantes e graduados. Por exemplo, foi implementado um novo regime para o reconhecimento de graus académicos estrangeiros do mesmo nível e natureza com os graus de licenciatura, mestrado e doutoramento concedidos pelas instituições portuguesas de ensino superior e que autorizam todos os direitos associados a estes graus académicos (Decreto-Lei 314/2007 de 12 de outubro). Outro exemplo seria a norma

introduzida pelo Decreto-Lei 107/2008 de 25 de Junho a fim de assegurar uma maior flexibilidade no acesso à educação superior. Esta norma permite que qualquer interessado se inscreva em unidades curriculares individuais, com garantia de ambos certificação e acreditação, no caso de conclusão bem sucedida e também permite a inscrição dos alunos em unidades curriculares que não são parte do seu ciclo de estudos, com uma garantia de certificação, no caso de conclusão bem-sucedida e inclusão no Suplemento ao Diploma⁶. Estes elementos fazem uma nova diferença entre os dois sistemas de ensino superior, porque a Roménia não tem previstas este tipo de normas. Os dois sistemas universitários estão a trabalhar para uma uniformidade com as normas europeias e para assegurar uma qualidade do ensino para todos os alunos.

2. O Conceito de Estudante Estrangeiro

Nos últimos 20 anos a mobilidade estudantil internacional tornou-se uma parte cada vez mais importante da paisagem global de ensino superior (Verbik & Lasanowski 2007). Os estudantes estrangeiros constituem um elemento muito importante da equação do ensino superior, transformando os sistemas de ensino superior e de investigação muito mais internacionalizados ao longo das últimas décadas. Esta situação obrigou as autoridades nos países receptores a tornarem-se cada vez mais eficientes no acompanhamento e elaboração de relatórios dos dados acerca dos seus sistemas de educação-exportação, ou seja, em declarar o número de estudantes estrangeiros registados em todas as unidades de ensino e o número de estudantes que optam por estudar em outro país. No entanto, a comparação das inscrições internacionais é um pouco problemática sendo as agências nacionais de estatística a coletar os dados de diferentes maneiras e de acordo com diferentes definições de estudante estrangeiro (Clark, 2009). Por isso, vários compiladores e agregadores de mobilidade estudantil transfronteiriça tentam padronizar termos e definições relacionados com a recolha de estatísticas de mobilidade académica, especificamente em fazer uma distinção entre estudante internacional e estudante estrangeiro. Portanto, segundo o Instituto de Estatística da UNESCO, OECD e EuroStat, os estudantes internacionais deixaram o seu país, ou território de origem, e mudaram

⁶ Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: The Framework for Higher Education Qualifications in Portugal, FHEQ-Portugal 2010, pp. 28-29.

para outro país ou território com o objetivo singular de estudar. Adotada em 2006, a Convenção da OECD e UNESCO aponta para o uso do termo “estudante internacional” quando se refere aos estudantes que atravessam as fronteiras para a finalidade específica de estudar e o termo “estudante estrangeiro” para os cidadãos matriculados numa instituição de educação fora do seu país, mas que não tenham atravessado a fronteira necessariamente para estudar (portanto, não estritamente móvel). No presente estudo adopta-se esta definição, sendo os estudantes questionados alunos cujo país de origem é diferente de Portugal ou da Roménia (sem ter em conta o facto de serem da UE ou não) e que se encontram matriculados numa instituição de ensino superior em um destes dois países.

Os estudantes estrangeiros são definidos de acordo com a sua cidadania e os estudantes internacionais são um subconjunto dos estudantes estrangeiros. Vários países definem o estudante estrangeiro com adaptações, como por exemplo, a Alemanha considera que os estudantes estrangeiros como estudantes móveis, ou seja, aqueles que viajam para a Alemanha especificamente para estudar, e os estudantes estrangeiros não-móveis, os detentores de habilitações do ensino secundário alemão e que provavelmente têm estatuto alemão de residência. Inglaterra define como estudantes internacionais os alunos que não têm domicílio em Inglaterra, e cuja residência habitual antes de iniciar os cursos encontra-se em países que são da UE ou fora da UE.

“Dada a crescente competição no sector da educação e as mudanças nos padrões de mobilidade, muitos países começaram a considerar como podem implementar e reforçar suas abordagens estratégicas em recrutamento de estudantes internacionais” (Verbik & Lasanowski 2007, p.24). São vários os elementos ao quais os países parecem estar a dar cada vez mais atenção nos esforços para manter ou aumentar a sua competitividade. Fatores motivacionais, como residência e privilégios de emprego, disponibilidade e qualidade de alojamento para estudantes, serviços para estudantes e pagamento de propinas estão a tornar certos países mais atraentes do que outros. Além desta atratividade as universidades devem ter em conta os métodos de integração académica para poderem ultrapassar os desafios com os quais se enfrentam os estudantes estrangeiros. Vários estudos apontam para uma série destes desafios que os estudantes estrangeiros enfrentam ao entrar num sistema de ensino em outro país, como por exemplo: aprender e viver numa cultura diferente; aprender num sistema de ensino diferente; desenvolvimento de proficiência numa outra língua enquanto aprendente, etc. Desta forma, os

desafios dos estudantes estrangeiros tornam-se desafios das universidades também, sendo elas responsáveis por assegurar a uniformidade do ensino e a igualdade dos alunos. Mas quando as universidades encontram uma maneira de lidar com os problemas mencionados, a internacionalização do ensino superior pode ser uma experiência valiosa e pode oferecer “oportunidades ricas para alunos e funcionários de diferentes origens culturais para se ouvirem uns aos outros, aprender uns com os outros e desenvolver as habilidades que são necessárias para ser membros produtivos da comunidade mundial” (Leask, 2009, citado por Kucking, 2011, p.3).

2.1 Imigração e integração de estrangeiros em Portugal e na Roménia

A imigração é um fenómeno relativamente novo para a sociedade romena mas que tem experimentado um maior crescimento, na última década, especialmente em períodos de crescimento económico (imigração por motivos de trabalho), no contexto de adquirir o *status* de Estado membro da União Europeia e como resultado das políticas nacionais de educação a encorajar os imigrantes romenos étnicos a frequentar escolas romenas (imigração para fins de estudo). O afluxo de estrangeiros para a Roménia, ao longo da última década, tem tido uma tendência ascendente, diversificando-se ao mesmo tempo a composição dos fluxos migratórios. Além disso, pode-se dizer que o *status* da Roménia de Estado-membro da UE, o potencial de desenvolvimento económico e social junto com a próxima entrada no espaço Schengen fará da Roménia um destino cada vez mais interessante para os imigrantes. “Com base na experiência de outros países europeus, podemos supor, que a Roménia vai atravessar um período de crescimento contínuo de imigração, seguido talvez por um relativo equilíbrio entre o fluxo e o afluxo de migrantes” (Păunescu & Alexe, 2011, p. 23). Ao contrário da migração romena (quantificando em cerca de 10% da população), o fenómeno da imigração na Roménia encontra-se relativamente modesto. Mas, de acordo com a Comissão Nacional de Prognóstico, em 2013-2015, o número de imigrantes é susceptível de aumentar até 200000-300000 imigrantes, o que significaria 1% - 1,4% da população (0,3% sendo a percentagem atual).

Roménia ao contrário de Portugal é um membro da UE mais recente e os métodos de integração social e escolar dos imigrantes não são nem tão conhecidos nem aplicados. A única instituição governamental que trata o tema da integração dos estrangeiros tanto da UE como fora dela é o IGI e a que trata o problema da discriminação é CNCD. O IGI foi criado em 2012 (na

base da lei 837/2012 do governo) através da reorganização do Escritório Romeno de Imigração. O CNCD começou a sua atividade em 2002, sendo o garante da observância e aplicação do princípio da não-discriminação, nos termos da legislação nacional e dos documentos internacionais das quais a Roménia faz parte. Mesmo assim, entre estes dois não existe uma colaboração no que diz respeito a discriminação dos imigrantes. Além disso existem algumas ONGs que também lutam para chamar a atenção sobre o problema da discriminação e da integração social dos imigrantes.

Relacionado com a dimensão escolar da integração não há dados ou pesquisas para fornecer evidências, mas os dados informais das ONGs e das instituições deste campo apontam os seguintes: “a necessidade de um sistema de ensino intercultural, a necessidade de introduzir no currículo a questão dos alunos estrangeiros e da educação religiosa conforme a religião dos imigrantes, a abertura das escolas ao aceitar professores estrangeiros e várias outras coisas” (Păunescu & Alexe, 2011, p. 41). Referindo-se ao estudantes no território romeno fora da UE ou a imigrantes que praticam atividades de investigação ou formação, os especialistas reconhecem que o estado romeno deve adotar uma política de imigração para a retenção e a integração na sociedade romena destes imigrantes altamente qualificados.

No que diz respeito a imigração em Portugal, este é um fenómeno que ganha expressão sobretudo a partir dos anos 1990 e que geograficamente é muito variável. Apesar da imigração em Portugal ser um fenómeno com várias décadas de existência, no decurso dos últimos anos, com particular incidência nos anos de 2000 a 2002, assistiu-se a um aumento extraordinário da imigração, fundamentalmente com origem nos países do Leste Europeu (Casa-Nova, 2005). A partir do início dos anos 1990 a presença nas escolas de alunos imigrantes (por exemplo, filhos de africanos ou de populações regressadas das ex-colónias portuguesas) pressionou a administração a tomar medidas face a situações de exclusão a que esses alunos eram expostos. “As referências às relações entre o sucesso educativo e a atenção às especificidades dos alunos foi ganhando novos sentidos e foram incluindo aspetos de ordem cultural, procedendo-se, do ponto de vista do poder central, à implementação de projetos que tinham por objetivo diminuir o insucesso escolar partindo do reconhecimento da diversidade cultural” (Leite, 2002b, citado por Casa-Nova, 2005, p.196). Também do ponto de vista governamental, só “no início dos anos 90 se assistiu em Portugal à criação de organismos sob tutelas ministeriais, com o objetivo de trabalhar com a diversidade cultural, procurando

principalmente resolver e prevenir problemas resultantes da interação das minorias com as diversas instituições portuguesas e com a sociedade no seu todo” (Casa-Nova, 2005, p. 196).

O primeiro organismo foi criado em 1991 e designava-se Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, apresentando na altura competências estritamente de âmbito educativo. Este Secretariado foi substituído, em 2001, pelo Secretariado Entreculturas, assistindo-se a um alargamento de competências, nomeadamente ao nível da colaboração na definição e dinamização de políticas ativas de combate à exclusão no que diz respeito à sociedade em geral e já não só à escola. Em Janeiro de 2004 este Secretariado foi incorporado no Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Do ponto de vista das políticas sociais públicas, em 1996 foi criado o Estatuto do Alto Comissário para as Minorias Étnicas, alterado em 2001 para ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, tendo como papel o apoio e consulta do governo no problema da imigração. As atribuições deste Alto Comissariado são, entre outras, “contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal, de modo que seja proporcionada a sua integração na sociedade no respeito pela sua identidade social e cultural; contribuir para que todos os cidadãos legalmente residentes em Portugal gozem de dignidade e oportunidades idênticas; promover o estudo da temática da inserção das minorias étnicas; colaborar na definição e cooperar na dinamização de políticas activas de integração social e de combate à exclusão” (Casa-Nova, 2005, p. 200). Em 2007 houve a fusão deste Comissariado com o Secretariado Entreculturas, com a Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e de que resultou o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), tendo este por missão “colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões” (art. 3º do decreto-lei 167/2007 de 3 de Maio). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, o ACIDI passou a ACM - Alto Comissariado para as Migrações, IP, mantendo, no essencial, as suas atribuições e abraçando alguns novos desafios.

Há uma evidente diferença entre os dois países no que diz respeito às instituições que tratam o problema da imigração, tanto de ponto de visto do número, como do período de instauração. Isto explica-se pelo facto de a Roménia ter tido uma ligação com o comunismo até muito tarde, tempo em que Portugal já tinha feito a adesão à UE, sendo esta adesão feita pela Roménia só no ano 2007.

3. Integração de Estudantes Universitários

3.1 Métodos de integração escolar propostos pela UE

Assistimos a um tremendo crescimento do fenómeno da migração, que infelizmente traz não só efeitos positivos mas também negativos, concretamente no caso da discriminação. Com respeito a este fenómeno na educação a UE faz grandes esforços para promover e exigir medidas adequadas de integração dos alunos imigrantes. Apesar disso, os vários programas europeus de promoção de mobilidade na educação ainda não alcançaram a integração e harmonização dos sistemas de ensino nem a criação do perfil do estudante europeu. “As políticas europeias de imigração ainda são ambivalentes e de carácter ambíguo, passando por um processo de transformação e adaptação contínua, a legislação comunitária e nacional representando, de um lado agentes de mudança e por outro a fonte/causa de controvérsias e divergências. A política comum de imigração a nível da UE ainda é uma meta relativamente distante” (Păunescu & Alexe, 2011, p.20). No entanto, nos últimos anos, a União Europeia teve importantes e notáveis progressos na consecução de uma estratégia global sobre o fenómeno da migração e a integração dos imigrantes e também cada país é incentivado a ir além do quadro geral das recomendações e políticas da UE na gestão do fenómeno da imigração.

A história da internacionalização do ensino superior começa longe no tempo, no século XIII, quando a Universidade de Paris aceitou os primeiros estudantes vindos de territórios fora da França (Lee & Rice, 2007). Com a imigração hoje em dia esta questão continua a ser atual e os métodos para integrar os alunos estrangeiros representam um importante objetivo para cada unidade de ensino. Quando se refere a integração pensa-se normalmente em descrever e caracterizar a entrada, a socialização e a participação dos imigrantes numa sociedade qualquer de acolhimento. A integração consiste numa relação entre o imigrante e a sociedade de acolhimento e deve envolver uma adaptação e modificações nos valores, normas e comportamentos tanto do imigrante como da sociedade em causa. A integração escolar supõe uma educação intercultural. Esta interculturalidade na educação representa um intercâmbio positivo entre as diferentes culturas presentes e implica a existência de ações pedagógicas destinadas a esse fim. O objetivo da educação *intercultural* é conectar outras culturas, é o reconhecimento da identidade cultural dos imigrantes, o respeito e a cooperação a fim de conseguir um enriquecimento cultural mútuo.




Intercultural (European Youth Centre, 1995):

- Interação
- Intercâmbio
- Quebrar as barreiras
- Reciprocidade
- Solidaridade objetiva

A escola deve tentar encontrar soluções concretas para promover a integração dos estudantes estrangeiros. Por exemplo, iniciativas de ensino da língua materna, a colaboração, o diálogo com as famílias. Cada escola deve ser um espaço de convivência democrática, onde as crianças e os jovens podem aprender a conviver de forma construtiva, aceitar e apreciar as diferenças como valores. Apresentam-se de seguida as medidas propostas por organismos e grupos de trabalho da União Europeia em Carrera & Geyer (2009), Education Audiovisual and Culture Agency (2009), European Commission (2008).

Em síntese, estes documentos alertam para aspetos relevantes. Um aspeto fundamental que deve ser tomado em conta quando se fala da integração dos alunos estrangeiros é a formação dos professores. Formar professores para os desafios das sociedades diversificadas tornou-se uma das metas mais importantes para um ensino eficaz. Os professores e formadores desempenham um papel importante na motivação e no sucesso dos alunos, por isso a formação orientada para o futuro é agora essencial. A maioria dos professores foi qualificada há 25 anos ou mais e o aperfeiçoamento das habilidades, em alguns casos, não acompanhou a mudança. Também o papel dos professores e formadores mudou, hoje funcionando como tutores que orientam os alunos no percurso individual para o conhecimento, além de continuarem a partilhar conhecimentos. A formação de professores deve ser a maior prioridade de todas. Deve ser dada, aos futuros professores e aos atuais, a oportunidade de adquirir um conhecimento profundo dos problemas de imigração, dos princípios da instrução, de recepção e aconselhamento e educação interculturais. As autoridades das escolas devem estar alertadas não só para as necessidades atuais dos alunos estrangeiros, mas também para a forma como essas necessidades mudam de acordo com a natureza da imigração. A educação é talvez o mais complexo processo que temos que gerir na vida das pessoas e a psique e o intelecto dos alunos (e do homem em geral) são os mais sofisticados sistemas. Por isso, é importante encontrar formadores a estabelecer *relações* adequadas e produtivas com cada aluno.

 “A descoberta de outros é a descoberta de um relacionamento, não de uma barreira”. (Claude Lévi-Strauss)

Os professores são, sem dúvida, o recurso mais importante em moldar os resultados da aprendizagem do estudante. Vários estudos mostraram que a qualidade do ensino é um dos fatores mais importantes a nível de escola que influencia os resultados dos alunos, independentemente do contexto socioeconómico do estudante e os fatores demográficos (OECD, 2005). Mas, enquanto os alunos migrantes e desfavorecidos beneficiam o máximo do ensino de alta qualidade, precisamente eles são os menos propensos a recebe-lo com mais frequência. A pesquisa mostrou que “os professores mais qualificados e mais experientes tendem a ser orientados para as escolas frequentadas em maioria por estudantes nativos” (Hanushek et al., 2001; Bénabou, 2003; Karsten et al., 2006, citados por Nusche, 2009, p.24). Para que os alunos migrantes tenham sucesso no seu desempenho académico, as escolas devem ser capazes de recrutar os seus professores de alta qualidade, eficazes na sala de aula, e que permaneçam no emprego por vários anos.

Uma recomendação dos programas EU a este respeito é incentivar os professores de origem estrangeira, capazes de compreender melhor as necessidades dos alunos imigrantes: “Os Estados-Membros devem considerar a possibilidade de introduzir iniciativas para aumentar o número de professores com origem migrante ou minoritárias” (European Union Agency for Fundamental Rights, 2007, p. 160). Esta recomendação também aparece num dos estudos de OECD: “Aumentar a quota de professores migrantes ou de minorias étnicas, que podem estar mais dispostos e capazes de educar os alunos migrantes” (Nusche, 2009, p.24). Esta política está muitas vezes baseada na suposição de que a presença de professores migrantes ou de minoria étnica pode influenciar positivamente os alunos migrantes ou os seus resultados escolares. Argumenta-se que “os professores de uma mesma etnia ou origem racial que os alunos podem servir como modelos, melhorando a auto-confiança e motivação de alunos estrangeiros e, finalmente, levando a melhores resultados escolares” (Clewel & Villegas, 1998; Carrington & Skelton, 2003, citados por Nusche, 2009, p.24). No entanto, há evidência limitada disponível sobre este assunto mas é geralmente favorável a suposição que o aumento da quota de professores migrantes/minoritários pode ter uma influência positiva sobre a experiência de aprendizagem dos alunos migrantes e sobre os seus resultados. Outras políticas mencionadas nos relatórios UE/OECD que podem ajudar a melhorar o ensino nas escolas com altas proporções de

estudantes imigrantes são: - contratação de mais professores para cada aluno receber apoio pedagógico individualizado; - o aumento da remuneração dos professores para atrair e reter professores de alta qualidade.

3.1.1 Currículo e materiais adequados

É necessária e urgente uma mudança intercultural, multicultural e anti-racista nos currículos para chamar a atenção sobre este assunto tanto dos alunos como dos professores. A concepção e desenvolvimento de métodos de ensino e materiais correspondentes às necessidades de alunos imigrantes e da sociedade multicultural é uma alta prioridade em todos os níveis de ensino. Todos os programas desenvolvidos neste sentido devem estimular atitudes positivas em relação aos outros, a aprendizagem de habilidades cooperativas e uma melhor compreensão das relações sociais, a fim de construir pontes entre diferentes comunidades étnicas e indivíduos de diversas origens. Para atingir esses objetivos, “novas estratégias e materiais pedagógicos, livros escolares que incorporam diferentes perspectivas culturais de uma maneira imparcial, formação especial de professores e os esforços para criar um corpo de professor mais diverso são altamente recomendados” (Luciak, 2003 p. 87). Uma das recomendações da European Union Agency for Fundamental Rights neste sentido é: “os Estados-Membros devem garantir que os currículos educacionais nacionais e os livros didáticos abordam questões de racismo e xenofobia” (2007, p. 160). É conhecido o facto de que o estudo e a correção dos preconceitos que se encontram nos currículos e nos livros didáticos é um dos aspectos mais antigos e mais predominantes da educação intercultural. “O currículo monocultural e o conteúdo do curso podem criar ou reforçar sentimentos de isolamento e exclusão, quando grupos de migrantes são marginalizados ou apresentados negativamente ou imprecisamente” (Tikly et al, 2006, citados por Nusche, 2009, p.30). Por isso, muitos países têm feito esforços para repensar e transformar os currículos monoculturais, os livros e materiais didáticos para incluir perspectivas, exemplos e informações a partir de uma variedade de culturas e grupos.


3.1.2 Ensino da língua do país de acolhimento

Dominar suficientemente bem a língua do país de acolhimento é condição essencial para que haja uma integração com sucesso. Por isso, é extremamente importante proporcionar aos imigrantes a aprendizagem da língua do país do acolhimento. Conforme o European Union Agency for Fundamental Rights: “Os Estados-Membros devem garantir que os cursos de línguas são mais livres e o suporte é disponibilizado para os migrantes, em particular os jovens, para facilitar a integração na sociedade de acolhimento e melhorar as oportunidades de emprego” (p. 160). Também é sabido o facto de que a proficiência na língua de ensino é um determinante fundamental dos resultados de sucesso na educação. Por isso, os estudantes estrangeiros que não dominam a língua de instrução estão em significativa desvantagem nas escolas. A pesquisa indica ainda que “as crianças demoram cerca de dois anos para desenvolver as competências comunicativas linguísticas, mas para os estudantes pode levar até sete anos para se tornarem proficientes na língua académica usada em ambientes escolares” (Cummins, 1979, citado por Nusche, 2009, p.27). Como consequência, o suporte sistemático e permanente ao idioma é necessário em todos os níveis de educação. Ao organizar os cursos de língua deve ser considerado o problema da separação dos alunos estrangeiros: “as aulas preparatórias de línguas podem proporcionar muito bem aos alunos habilidades linguísticas básicas, mas a separação dos alunos estrangeiros do *mainstream* deve ser curta e de natureza transitória” (Nusche, 2009, p.27).

Naturalmente entra de novo em discussão a formação dos professores que lecionam as aulas de línguas: “os professores fornecendo o suporte de idioma devem ser treinados especificamente na aquisição da segunda língua e, portanto, trazer as capacidades essenciais necessárias para fornecer a instrução de alta qualidade” (Nusche, 2009, p. 28). Ainda Defays e Deltour (2003, citados por Silva & Gonçalves 2011, p. 92) afirmam que o professor de língua desempenha vários papéis, como por exemplo, de mediador, organizador e modelo (exemplo: modelo língustico - os alunos tentam imitar, etc). “O professor de língua deve motivar e incentivar os alunos, acompanhar o progresso do grupo e de cada aluno em particuclar, adotando estratégias diferenciadas que possam chegar a todos os tipos de alunos, promovendo e valorizando as diferenças linguísticas existentes na sala de aula” (Ribeiro, 1999, citado por Silva & Gonçalves 2011, p.92). Finalmente, “o professor de língua deve ser também um promotor de interculturalidade e de cidadania” (Silva & Gonçalves 2011, p. 92).

3.1.3 Programas na língua/cultura materna

Uma boa proficiência na língua nativa é uma base sólida para alcançar competência numa segunda língua. Apesar disso não existem suficientes programas que apoiem a aprendizagem da língua materna para os alunos estrangeiros. Mas é muito importante o imigrante recém-chegado não ser obrigado a renunciar à sua língua materna, aos seus costumes só pelo facto de se encontrar fora do seu país. Pelo contrário, o imigrante deve ser incentivado a conciliar a sua origem com a cultura do país de acolhimento. Uma das recomendações do relatório da Comissão Europeia (2008, p. 81) é: “integrar elementos e símbolos das culturas de origem na vida escolar, no currículo, nos livros didáticos ou outro material escolar”. As instituições educativas devem tomar em conta este tipo de recomendações para uma integração com sucesso dos alunos estrangeiros. A língua materna reforça a identidade e permite estabelecer laços de pertença a uma determinada comunidade e o “enraizamento numa cultura de origem materna é condição fundamental para a iniciação a uma outra cultura” (Silva & Gonçalves 2011, p. 34).

 “A preservação da cultura própria não exige o desprezo ou desrespeito para com as culturas dos outros”. (Cesar Chavez)

3.1.4 Envolvimento dos estudantes locais

A participação dos estudantes locais tem um papel muito importante para uma melhor adaptação dos alunos estrangeiros. A escola, a nível macro, e a turma, a nível micro, são comunidades de apoio nas quais todos deverão ter atenção à diversidade e adquirir sensibilidade face ao outro. “Os alunos estrangeiros que se sentem como em casa, que são bem relacionados com colegas e professores e que participam em atividades extra-curriculares são mais propensos a se formarem” (Severiens & Wolff, 2008, citados por Rienties et al, 2011, p. 3). O apoio social dos amigos (ou seja, redes sociais de alunos) tem uma influência positiva sobre o estudo e o sucesso dos alunos do primeiro ano (Wilcox et al, 2005, citado por Rienties et al, 2011). Ter amigos, partilhando alojamento com outros estudantes, bem como ter contatos informais com o pessoal da universidade influencia positivamente a integração escolar e social. Tomamos o exemplo da Universidade Bristol em Inglaterra, onde os estudantes do primeiro ano têm uma

espécie de *guide* durante uma semana. Um estudante dos anos superiores introduz as noções básicas, mostra o *campus* e as instalações necessárias ao novo estudante. Práticas como esta facilitam uma melhor integração na vida académica, especialmente se consideramos o facto de que em comparação com os alunos internos, os “estudantes estrangeiros devem de prestar atenção e esforço adicional para a integração social, porque a família, os amigos do país de origem e sua rede social não se encontram a fácil acesso” (Bochner et al, 1977; Zhou et al, 2008, citados por Rienties et al, 2011, p. 3). Além disso, “considera-se que estruturas académicas de apoio e instalações institucionais adequadas melhoram os resultados escolares dos alunos” (Russell et al, 2010; Zhou et al, 2008, citados por Rienties et al, 2011, p. 4). Por isso, as universidades devem fazer um considerável esforço no fornecimento de instalações não-académicas para os alunos estrangeiros (por exemplo, suporte, vida social do *campus*, TIC, programas culturais). A vida social fora do ambiente académico também tem uma forte influência na integração académica. Ter um número suficiente de amigos da mesma cultura, bem como da cultura de acolhimento, compartilhar alojamento com outros estudantes, ser membro de uma associação de estudo ou fraternidade estudantil ou participar num clube desportivo pode influenciar a integração social e aumentar o desempenho académico (Rienties et al, 2011). Isso permite aos alunos estabelecer uma vida social que está intimamente ligada ao ambiente universitário. Os estudantes internacionais que apresentam níveis consideráveis de stress parecem estar menos ligados à vida académica e social da universidade (Russell et al, 2010; Ward et al, 2004, citados por Rienties, 2011).

Todos estes métodos referidos acima devem cumprir que a integração dos alunos estrangeiros faz-se a vários níveis, como por exemplo:

- Social – a solidariedade e o companheirismo devem estar patentes
- Funcional – todas as partes devem estar prontas para receber, estimular e para estar juntas
- Físico – os alunos estrangeiros devem sentir-se como parte integrante e ativa da comunidade educativa.

3.2 Métodos e programas de integração em Portugal e na Roménia

PORTUGAL

Têm existido vários programas em Portugal ao longo do tempo, tanto a nível nacional como local. Por exemplo, em 2002 a INDE realizou uma Formação de Agentes de Ação Educativa para a Interculturalidade, ou seja, treinar quinze agentes de ação educativa de diferentes grupos étnicos, com a finalidade de desenvolver a sua sensibilidade para a diferença cultural. O currículo do programa incluiu temas relacionados com a interculturalidade e segundo a organização, o programa tem produzido um impacto positivo e foi recebido com boa resposta do público. Treze participantes que concluíram este programa foram posteriormente integrados em diferentes instituições. Outro programa desta organização tinha como alvo as minorias étnicas com baixas qualificações académicas e irá conceder-lhes um certificado de 9º grau e, assim, ajudá-los na sua entrada no mercado de trabalho.

Outro exemplo de programa foi realizado por APEDI juntamente com SOS Racismo e teve como objetivo a criação de um centro de formação recorrente para professores a fim de promover constantemente a formação sobre o tema da interculturalidade. O CIDAC também está a realizar programas de treino voltados especificamente para os que trabalham em ambientes multiculturais. Por exemplo, em conjunto com o Gabinete do Reitor da Universidade de Lisboa realizou a ação formativa em Aprendizagem Intercultural, tendo como objetivo capacitar os participantes com uma maior consciência de aprendizagem cultural e a sua importância na sociedade e no desenvolvimento.

ACIDI, no seu “Plano II para a Integração dos Imigrantes 2010-2013”, tem um total de 10 medidas no domínio da educação, das quais relembramos algumas, como por exemplo:

Medida 23 – “*Reforço da formação para a interculturalidade na formação contínua de professores*: Incrementar as competências dos professores para trabalhar em contextos cada vez mais multiculturais através do reforço da formação contínua, quer ao nível de ações de formação de curta duração, quer de oficinas de formação promovidas por Centros de Formação de Professores” (p.18).

Medida 24 – “*Definição e implementação de recomendações para a constituição de turmas equilibradas e adequar as estratégias das escolas no acolhimento dos alunos estrangeiros e descendentes de imigrantes*: Garantir e monitorizar a constituição de turmas equilibradas com base nas recomendações do Ministério da Educação, assegurando o equilíbrio da

composição étnica. Reforçar as estratégias diversificadas de apoio à integração de alunos filhos de imigrantes que tenham em conta as suas características, nomeadamente o nível etário, domínio da língua e tempo de permanência em Portugal, designadamente através do cumprimento dos prazos relativos às matrículas condicionais” (p.19).

Medida 25- “*Melhoria dos dados estatísticos sobre a diversidade cultural nas escolas*: Criar um grupo de trabalho que acompanhe eficazmente a sistematização de dados estatísticos relativos a alunos estrangeiros e descendentes de imigrantes, nomeadamente através da concepção de um instrumento de monitorização estatística, a preencher pelas escolas, sem identificação dos estudantes” (p.19).

Medida 26 – “*Diversificação das ofertas educativas e formativas*: Promover o acesso a projetos que se traduzam em parcerias entre escolas e empresas, de forma a disponibilizar uma oferta educativa diversificada que responda às expectativas dos alunos” (p.20).

Medida 27- “*Integração de agentes de mediação intercultural em contexto escolar no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*: Reforçar, no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, a presença de mediadores interculturais nas escolas, garantindo a sua valorização enquanto elementos da comunidade educativa e parceiros fundamentais dos docentes no processo de integração e aprendizagem” (p.20).

Medida 28 – “*Acesso de estudantes estrangeiros aos apoios da acção social escolar em todos os graus de ensino*: Promover o acesso aos apoios da acção social escolar às crianças imigrantes que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos imigrantes que frequentem o ensino básico e secundário através do alargamento do meio de prova de rendimentos. Garantir o acesso a bolsas de estudo a alunos estrangeiros ou descendentes de imigrantes que frequentam o ensino superior, com residência legal em Portugal há pelo menos cinco anos” (p.20).

As necessidades dos estudantes estrangeiros aparecem também mencionadas no currículo nacional. Por exemplo, no documento orientador “Português Língua não Materna no Currículo Nacional – orientações nacionais” (2005, p.7) salientam-se as necessidades que os alunos imigrantes apresentam aquando da chegada a um país de acolhimento:

- Necessidades linguísticas – resultantes do desconhecimento total ou parcial da língua e cultura portuguesa com consequências tanto para as relações interpessoais e sociais, como para a aprendizagem nas restantes disciplinas.
- Necessidades curriculares – resultantes das diferenças de currículo entre o país de origem e o país de acolhimento, podem constituir saberes insuficientes para o avanço das aprendizagens.
- Necessidades de integração – resultantes das diferenças sociais e culturais entre o país de origem e o país de acolhimento. A estas necessidades acrescem, muitas vezes, condições sócio-familiares desfavorecidas.

Este documento também descreve as medidas que devem ser tomadas a nível local, regional, nacional para uma melhor integração dos alunos imigrantes (medidas de acolhimento, medidas de escolarização, etc). Além disso, em 2005, o Ministério da Educação emitiu um documento contendo recomendações gerais para a promoção das línguas maternas e culturas de origem, bem como propostas de projetos específicos que refletem esses princípios.

ROMÉNIA

Ao contrário de Portugal, na Roménia há muito pouca informação sobre a integração dos estrangeiros, especialmente no domínio da educação. Mas sendo a taxa da imigração ascendente nos últimos anos, as autoridades foram obrigadas a tomar medidas necessárias. Em 2007 foi adotada a primeira “Estratégia de imigração da Roménia 2007-2010” e em 2011 foi lançada a Estratégia Nacional de Imigração, ambas tendo como objetivo facilitar a condição dos imigrantes. No que diz respeito a educação, esta estratégia não oferece muitos esclarecimentos, tendo uma única medida que é: “Promoção do ensino superior romeno e facilitar a estadia no território romeno de estrangeiros que estudam na Roménia” (p. 10). Também a adesão à União Europeia levou a mudanças na legislação em conformidade com os requisitos europeus em relação ao direito dos imigrantes na Roménia para ficar no país, direito a saúde, trabalho, reconhecimento social de diplomas, etc. Mas, a falta de experiência do pessoal administrativo, a falta de formação específica nesta área, o número insuficiente de funcionários levaram a uma situação em que o país está agora, ou seja, o quadro jurídico está estabelecido mas é muito difícil de implementar. Vários representantes de ONGs afirmam que a transposição das diretivas europeias para a legislação romena sobre a questão dos estrangeiros não é sempre correta e

completa, muitas vezes sendo omitidos os direitos dos estrangeiros, como o direito ao desemprego ou a pensão dos trabalhadores fora dos estados da UE. Também foi salientada a distinção feita pela lei romena entre os cidadãos da UE e os de países não-europeus relativa ao processo de reconhecimento de diplomas ou certificados de qualificação. Tendo em conta as mais recentes estatísticas feitas por IGI em 2012 onde o número de estudantes estrangeiros ocupava o terceiro lugar da população imigrante, o estado deveria dar mais atenção ao assunto da integração escolar.

No que diz respeito aos programas organizados pelas ONGs relembramos que também há pouca informação e que muitos destes programas só têm efeito ao nível local, não conseguindo influenciar muito a situação ao nível nacional. Por exemplo, o programa “Bem vindo à Roménia! Guia para cidadãos dos países terceiros” foi coordenado por ARCA juntamente com a Fundação Soros e tenta chamar a atenção sobre o respeito pelos direitos humanos numa sociedade livre, responsável e diversificada. Outro exemplo é “As necessidades de informação dos imigrantes na Roménia” (2009) ou “Barómetro de integração dos imigrantes 2013” coordenados também pela Fundação Soros. Ambos são estudos de investigação que têm como objetivo chamar a atenção sobre as necessidades dos imigrantes, usando precisamente a opinião deles. A conclusão tirada foi que a Roménia oferece apoio aos estrangeiros, mas de uma maneira muito dificultada e que há uma falta de coordenação entre as instituições e as suas iniciativas (que às vezes se sobrepõem ou se repetem desnecessariamente). Outra conclusão, com referência a educação, foi que “não existe apoio sistemático de ensino das línguas e culturas de imigrantes ou apoio para combater uma pontencial segregação. É muito pouco provável que os alunos encontrem diversidade cultural nas áreas curriculares e há pouco apoio do Estado para realizar os objetivos oficiais relativos à educação intercultural” (ARPS, 2011, p. 10).

Também o estudo de Păunescu & Alexe (2011) contém uma parte de investigação das opiniões dos imigrantes, onde foram encontrados vários casos de situações discriminatórias. Lembramos só os casos no domínio da educação (p. 400):

- Os estrangeiros que são estudantes em faculdades de medicina na Roménia, dizem que consideram discriminatória a situação na qual durante a prática de medicina realizada na Roménia, não têm direito a serem pagos pelo trabalho feito em hospitais, como acontece com os colegas romenos; eles consideram apropriado que o governo romeno conceda uma de duas

opções: aumentar a bolsa durante a prática ou conceder-lhes o direito de serem pagos pelo seu trabalho durante a residência à semelhança dos colegas romenos.

- Os estrangeiros não têm o direito de desconto no transporte, mesmo se são estudantes.
- Não existe dentro das faculdades nenhum gabinete de informação para estrangeiros (por exemplo na cidade de Ploiești ou Iași). A única fonte de informação, dizem os estudantes estrangeiros, são os seus colegas de anos superiores que já têm experiência na formalidades de obtenção de diversos documentos, etc.

No atual currículo nacional não há nenhuma informação sobre a educação intercultural, só uma indicação de que as escolas podem ter uma opção livre de introduzir o que consideram conveniente (CDȘ: Currículo na Decisão da Escola), e às vezes o Ministério da Educação lança programas de línguas (ex: Euromania- Língua 2) com o objetivo de aceitar a diversidade cultural e linguística. Contudo, existe uma ordem (nº 1529 de Julho 2007) do Ministério que chama a atenção sobre as questões de diversidade no desenvolvimento do currículo nacional. Como conclusão pode dizer-se que na Roménia o problema do ensino é muito mais profundo e a educação intercultural é apenas uma pequena parte, esperando sua vez, como outros, no sentido de uma resolução.

4. Discriminação

4.1 Conceito

Segundo o dicionário Priberam da língua portuguesa discriminação consiste no “tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos de alguma ordem, nomeadamente sexual, religioso, étnico, etc.”⁷ Um dos programas da União Europeia - *The Pestalozzi Programme: Education for the prevention of discrimination*, 2012, p.8 - para a consciência pública de discriminação oferece a seguinte definição:

Discriminação é qualquer ato negativo comportamental ou verbal, seja coletivo (institucional) ou individual, dirigido contra pessoas por causa de suas origens, seu sexo, sua situação familiar, sua aparência física, seu nome, sua situação de saúde, sua deficiência, suas características, a sua orientação sexual, sua idade, suas opiniões políticas.

A discriminação não é um comportamento de nascimento, mas sim um comportamento aprendido. A aprendizagem deste comportamento começa na família e continua na escola (com os colegas e/ou os professores) e também com a comunidade e os *media*. É uma construção social e portanto pode ser desaprendida. Por isso a UE lançou vários programas e campanhas para tentar diminuir o grau de discriminação e para que as pessoas aprendam os conceitos de igualdade, integração, aceitação e também para que todas as unidades de ensino implementem novos programas e currículos, a fim de atenderem às necessidades de um corpo mais diversificado de alunos.

4.2 Casos

Há uma falta de registo active e sistemático dos incidentes racistas e práticas discriminatórias na área da educação, na maioria dos Estados-Membros. Em alguns países não existem dados estatísticos oficiais ou não-oficiais disponíveis sobre o racismo e a discriminação na educação. É predominante que em vários países as ONGs registem os casos de racismo e discriminação na educação. Poucos Estados-Membros têm um bom funcionamento dos sistemas de informação local e/ou nacional. Mesmo assim, várias formas de discriminação directa e

⁷ "discriminação" no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=discriminação> [consultado em 30-08-2013].

indirecta aparecem e são relatadas nos Estados-Membros (European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia, 2006). Estas formas incluem segregação nas escolas (turmas com apenas alunos de minorias), exclusão de determinados alunos ou de grupos inteiros de alunos (como por exemplo os alunos ciganos). “A colocação em classes minoritárias tem sido criticada como uma forte característica negativa, que pode levar a grupos raciais e que interfere com a prática de integração na cultura dominante e com a identificação com valores que promovam a realização educacional” (Luciak, 2003, p.VI). Outros relatos apontam a exclusão de alunos das escolas por razões culturais. Por exemplo, certas práticas culturais (uso de lenço, fato tradicional) consideradas incompatíveis com os costumes da cultura dominante têm sido relatadas como factor que leva a exclusão e perseguição. Investigações mostram que muitos imigrantes foram expostos a assédio, discriminação e preconceito, incluindo algumas incidências extremas de xenofobia nas escolas (Luciak, 2003). Isto pode causar um desempenho escolar diminuído, assim como os estudos mostram que os imigrantes e as minorias étnicas tendem a atingir menores credenciais educacionais e têm maiores taxas de abandono escolar em todos os Estados-membros. Outro problema importante mencionado nos relatórios da UE é uma diferença significativa entre a quantidade de discriminação experienciada e a taxa de comunicação desta discriminação às autoridades públicas. E também países com um melhor funcionamento do sistema de monitorização são mais propensos a relatar mais casos. Mesmo que muitos estados tenham feito um esforço considerável para melhorar o nível educacional dos migrantes e minorias, as conquistas educacionais destes últimos ainda ficam atrás da maioria da população. As razões identificadas incluem, por exemplo, além da discriminação étnica em instituições educacionais, também as abordagens pedagógicas inadequadas, as desigualdades na sociedade. Embora “o impacto da legislação comunitária anti-discriminação na arena nacional reforçou o princípio da igualdade de tratamento, os mecanismos de controlo eficazes sobre discriminação na educação ainda estão a faltar” (Carrera & Geyer, 2009, p.39). Mas mesmo assim todos os sistemas de ensino começaram a incluir novos programas e políticas para satisfazer as necessidades de um corpo mais diversificado de alunos, como por exemplo a introdução de uma segunda língua e programas de língua materna, a educação intercultural e currículos multiculturais.

Relativamente ao ensino superior, também foram relatados casos de discriminação dos estudantes estrangeiros, em especial na questão das propinas académicas. Muitos países têm previstas regras diferentes nas propinas dos alunos estrangeiros. Inglaterra, Alemanha, Holanda são exemplos de países que pedem ao estudantes estrangeiros propinas até três vezes superiores. Outros casos relatados estão relacionados com o direito a desconto no transporte público, fornecimento de energia, arrendamento de apartamentos, etc. Um exemplo que chamou a atenção foi o caso da Holanda quando CE decidiu leva-la ao Tribunal de Justiça da União Europeia por discriminar os estudantes de outros países da UE porque impediu os descontos nas tarifas de transporte público que são oferecidos aos estudantes holandeses. Nos termos do Tratado da União Europeia, os alunos que optam por estudar na União têm os mesmos direitos a prestações como os estudantes locais. O Artigo 18º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe a discriminação com base na nacionalidade no âmbito dos Tratados⁸. A Comissão considerou que a Holanda não aplicou o princípio da igualdade de tratamento, limitando as tarifas com desconto em comboios e autocarros para os alunos que são cidadãos holandeses ou residentes de longa duração sendo portanto todos os outros cidadãos da UE que estudam no país, incluindo estudantes Erasmus, discriminados. O The Huffington Post UK⁹ relata outro caso sobre duas universidades no Reino Unido que estão a forçar os estudantes internacionais a participar na verificação de impressões digitais para provar que eles estão frequentando as aulas. A União Nacional dos Estudantes reagiu imediatamente a dizer que esta prática é discriminatória e pediu a sua retirada do sistema e para as outras universidades levarem a sério o compromisso com o tratamento equitativo de todos os seus estudantes.

Na análise de resultados do estudo empírico encontram-se relatados os casos de discriminação encontrados nas universidades envolvidas neste estudo.

⁸ European Commission: Press release, Brussels, 20 June 2013.

⁹ The Huffington Post UK: Universities Fingerprinting International Students Condemned by NUS, 24/10/2013, [consultado em 09-02-2014].

Capítulo 2

Estudo Empírico

Introdução

O impacto que a UE está a ter sobre a educação a nível nacional e seus efeitos sobre a inclusão social de grupos marginalizados na área específica da educação tem sido objeto de atenção académica diversificada. A mesma atenção é dada neste estudo ao problema da multiculturalidade nas universidades europeias, com exemplos particulares: duas universidades na Roménia e uma em Portugal.

A partir das duas perguntas iniciais: - 1. *Como se realiza a integração dos alunos estrangeiros nas universidades de Portugal e da Roménia?* 2. *Estará a discriminação de estudantes estrangeiros presente nas faculdades europeias?* - os objetivos do estudo empírico são de identificar, através de uma análise descritiva, os métodos, programas, atitudes das universidades envolvidas no que diz respeito ao tratamento dos estudantes estrangeiros. E também de identificar a presença ou não da discriminação dos estudantes estrangeiros. Portanto, articulando com os pontos da fundamentação teórica pretende-se investigar sobre: a) a formação dos professores; b) currículo/materiais/informações interculturais; c) ensino da língua do país de acolhimento ou cursos disponíveis em outras línguas internacionais; d) programas/eventos sobre outras culturas presentes nas universidades; e) envolvimento dos estudantes locais.

As hipóteses que ocorrem são: a Roménia tem um sistema universitário menos preparado de que Portugal na receção e integração dos estudantes estrangeiros e um grau maior de discriminação presente.

Segue-se uma apresentação da metodologia e dos procedimentos que levaram à obtenção dos dados.

5. Metodologia

No que diz respeito a detecção da discriminação há uma ampla gama de fontes úteis, como por exemplo:

- Fontes estatísticas oficiais, como os dados obtidos através de censos da população e outras pesquisas nacionais importantes (ex: o rendimento e as condições de vida);
- Registos administrativos, como os registos populacionais centrais e locais;
- Dados de queixas como estatísticas da polícia, do Ministério Público e arquivos e registos do Tribunal; dados registados por organismos especializados;
- Pesquisas académicas, como os dos inquéritos que pretendem encontrar as experiências de grupos expostos à discriminação; pesquisas de opinião que pretendem traçar a prevalência de preconceitos; testes de discriminação e pesquisa qualitativa incluindo entrevistas em profundidade (European Commission, 2006).

O presente estudo enquadra-se na categoria de uma pesquisa académica utilizando inquéritos e questionários, descritos em seguida.

5.1 Instrumentos

O questionário usado por Lange (1997) serviu como um modelo para este estudo sendo mantidas apenas as questões relacionadas com a educação. No Anexo 1 encontra-se um exemplar do questionário. Também foi utilizada a escala de discriminação no quotidiano (EDS, Williams, 1997) que se encontra detalhada no Anexo 2. Estes dois instrumentos serviram para recolher os dados sobre a presença ou não da discriminação. Foram colocados em um só formulário e enviados por e-mail aos estudantes. O EDS tem oito perguntas e uma escala de 6 respostas (1 = nunca a 6 = quase todos os dias). O questionário Lange tem tanto perguntas abertas como perguntas fechadas, sendo utilizada uma escala com variação entre 3 e 5 respostas.

Quanto aos métodos de integração foram realizados inquéritos com os professores de turmas com alunos estrangeiros. Foi usado o questionário de Rodrigues (2009) com adaptações, com o objectivo de conseguir as informações relevantes para a descrição da opinião dos professores sobre a integração dos alunos estrangeiros. Também foram analisados os *sites* das universidades para encontrar as regras internas de funcionamento e para verificar se oferecem suficiente informação para os estudantes estrangeiros.

5.2 Participantes

Na Roménia, por falta de um sistema electrónico bem organizado dos dados dos alunos estrangeiros e por causa da reticência do pessoal administrativo houve algumas dificuldades na aplicação dos questionários. Após várias discussões com os departamentos responsáveis tanto em Bucareste como em Constança a conclusão foi que as universidades não podem ter nenhuma implicação na divulgação dos questionários. Depois de receber uma aprovação por parte do reitor da Universidade de Bucareste para utilizar os e-mails dos professores e dos alunos com o objetivo de aplicar os questionários, dos 30 questionários enviados aos alunos receberam-se 5 respostas (dando uma taxa de resposta de 16,66 %) e dos 100 enviados aos professores receberam-se 5 respostas (5%). Em Constança após a aprovação, com a ajuda da Associação dos Estudantes de Medicina, dos 112 questionários enviados aos alunos foram recebidos 10 respostas (8,9%).

Ao contrário da Roménia, em Portugal a situação foi diferente porque a universidade dispõe de uma Área de Serviços aos Alunos que tem uma base de dados de todos os alunos e que transmitiu os questionários para a categoria pretendida, neste caso estudantes estrangeiros e os seus professores. Assim foram recebidos um total de 70 respostas dos estudantes e 10 respostas dos professores. Os estudantes questionados em Portugal estão matriculados na Universidade Nova de Lisboa nos ciclos de licenciatura e mestrado, e os da Roménia estão matriculados só no ciclo de licenciatura das Universidades de Bucareste e de Ovidius Constança (em Anexo 3, organizados por país de origem).

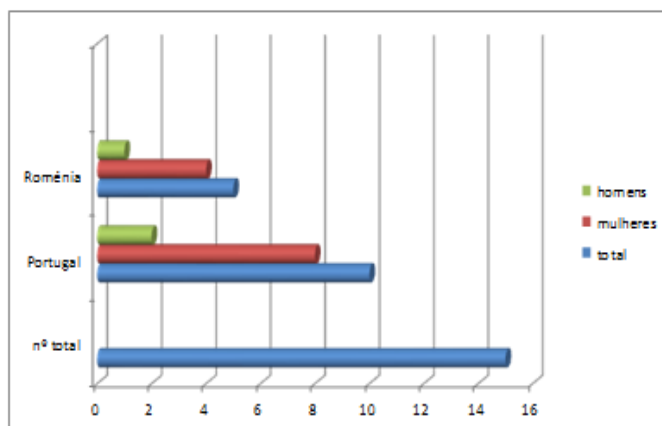


Gráfico 1

Quanto aos professores questionados verifica-se a semelhança de que a maioria nos dois países são mulheres (gráfico 1), também o tempo de serviço de 11-15 anos predomina (gráfico 2 em Portugal, gráfico 3 na Roménia).

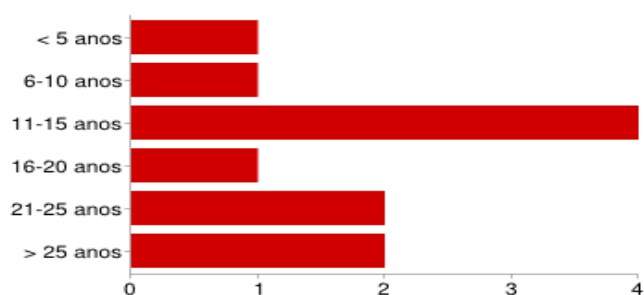


Gráfico 2

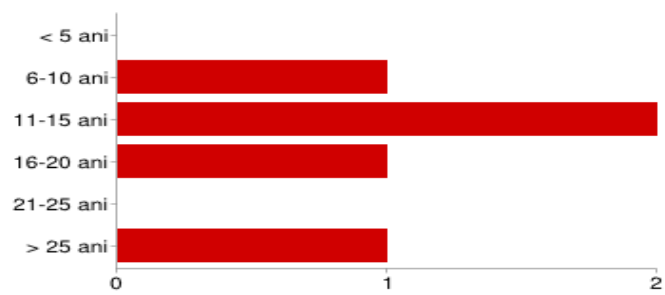


Gráfico 3

O grupo de idade predominante na Roménia é de 36-45 anos (gráfico 5) e em Portugal de 46-55 anos (gráfico 4).

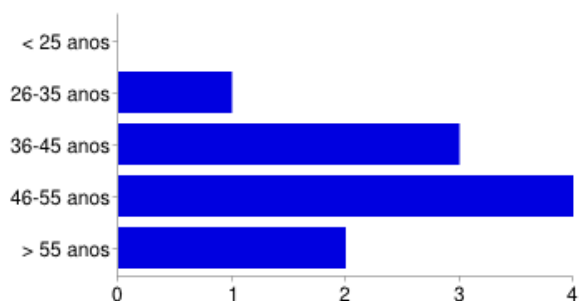


Gráfico 4

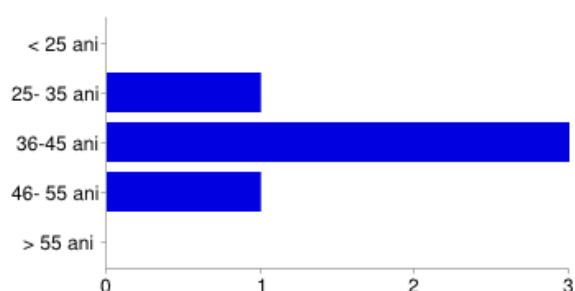


Gráfico 5

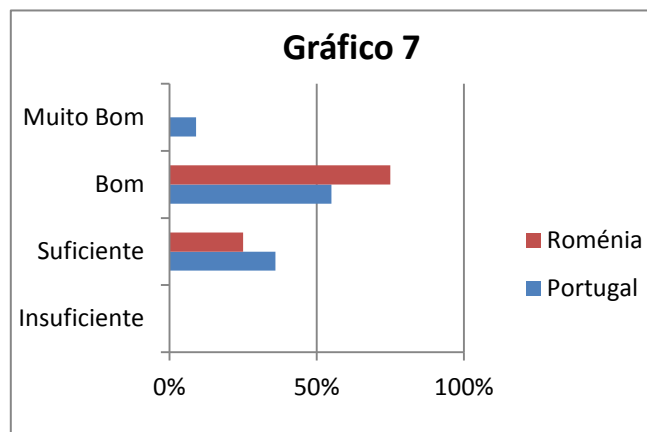
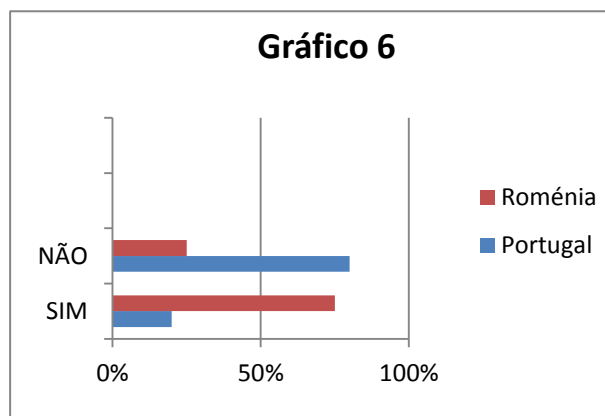
Todos os professores respondentes na Roménia são de nacionalidade romena e em Portugal nove são de nacionalidade portuguesa e um de nacionalidade espanhola. As disciplinas de ensino dos professores são das mais diversas, sendo que na Roménia foram professores de direito, jornalismo, inglês, economia, enquanto em Portugal predominaram as línguas e literaturas (alemão, espanhol, inglês, português para estrangeiros). Tendo em conta as habilitações académicas os professores questionados em Portugal apresentam a seguinte distribuição: 4 com mestrado, 4 com doutoramento, 2 com licenciatura. Na Roménia a lei obriga os professores do ensino superior a ter doutoramento, portanto os 5 professores questionados possuem o grau de doutor.

5.3 Limitações do Estudo

Uma limitação do estudo foi a dificuldade em obter uma amostra mais significativa na Roménia, por isso os resultados não podem ser generalizados para uma comunidade mais ampla, com base no estudo. Outra limitação gerada também pela amostra insuficiente na Roménia é a falta de uma relação equitativa entre as universidades dos dois países, sendo assim dificultada a comparação pretendida no início do trabalho e a verificação das hipóteses.

6. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos apontam para várias diferenças entre os dois países em questão, tanto no tema da integração escolar como no problema da discriminação. Como uma primeira conclusão pode-se dizer que os professores respondentes em Portugal estão muito mais familiarizados com o tema da multiculturalidade do que os professores da Roménia e o meio académico português mais preparado para receber e satisfazer os alunos estrangeiros. Assim, o inquérito a professores revela-nos que a maioria (75%) dos professores romenos considera que os alunos de origem estrangeira integram-se com maior dificuldade na vida académica, ao contrário da maioria (80%) dos professores portugueses que não considera o mesmo (gráfico 6). As razões mencionadas para esse dificuldade, tanto pelo professores romenos



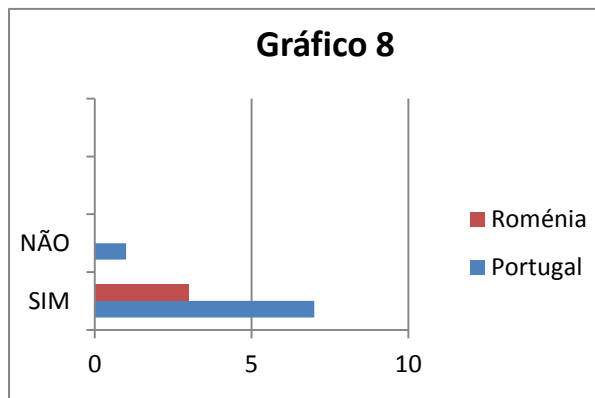
bom pela maioria dos professores e suficiente pelos restantes (gráfico 7). Mas, para ultrapassar os eventuais problemas dos estudantes estrangeiros tanto os professores romenos como os portugueses recorrem a explicações individuais e para uma melhor integração utilizam materiais e atividades interculturais nas aulas, como por exemplo, filmes de diferentes origens, imagens,

reportagens, discussões abertas sobre as culturas presentes. Tanto o comportamento dos estudantes locais como estrangeiros durante estas atividades é caracterizado como positivo, favorável, interessado. No que diz respeito às turmas mistas de alunos todos os professores respondentes consideram que é uma vantagem, justificando com as seguintes razões:

- sensibilização para outras culturas e para a diferença (n=4)

- enriquecimento cultural (n=3)
- aprender a ser tolerante e respeitoso (n=2)
- oportunidade de aprender mais sobre e com outros (n=1)
- valorização das experiências pessoais (n=1)

A formação na área da educação intercultural é vista como positiva, a maioria dos professores considerando que é importante ser mais frequente (gráfico 8), e argumentando da seguinte forma:



- importância de aprender a conhecer a mentalidade de diferentes culturas;

- promover uma maior abertura de espírito perante a diferença;

- sensibilizar os professores para as necessidades de diferentes tipos de estudantes.

Também é importante mencionar que em ambos os casos houve opiniões segundo as quais no

ensino universitário não há problemas de integração dos estudantes estrangeiros e a educação intercultural não se aplica neste nível.

Tendo em conta os pontos descritos na secção métodos de integração, na fundamentação teórica, após a análise dos inquéritos e dos *sites* universitários, segue-se na Tabela 1 a apresentação da situação e das diferenças entre as universidades envolvidas neste estudo.

Tabela 1. Diferenças encontradas entre as universidades dos dois países

	Roménia	Portugal
Ensino da língua do país de acolhimento	<ul style="list-style-type: none"> - cursos de romeno semestrais (para os estudantes estrangeiros fora da UE organiza-se um ano preparatório). -possibilidade de escolher cursos em inglês. 	<ul style="list-style-type: none"> - boa organização de cursos de português (cursos de verão, semestrais e até aulas particulares), mas com um custo mais elevado. -possibilidade de escolher cursos em inglês.
Programas na língua/cultura materna	<ul style="list-style-type: none"> -pouca organização por parte das universidades. -grupos isolados organizam eventos culturais, em função da sua origem. 	<ul style="list-style-type: none"> -várias conferências com acesso aberto sobre outras culturas e o problema da migração, educação multicultural, etc. -grupos étnicos organizam dias culturais, convidando outros estudantes a conhecer tradições, comidas, etc.
Currículo/materiais adequados	<ul style="list-style-type: none"> -nenhuma organização ao nível das universidades. -nenhum curso sobre educação intercultural, multiculturalismo, etc. -cabe aos professores decidir a inclusão de materiais multiculturais nas aulas. -só um dos professores questionados utiliza materiais interculturais nas aulas. - má organização das informações para os estudantes estrangeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - vários cursos (na licenciatura, mestrado) sobre multiculturalismo, educação intercultural. -opção para escolher cursos livres sobre multiculturalidade. - três dos professores questionados utilizam sempre materiais interculturais nas aulas e quatro às vezes. -muito boa organização dos <i>sites</i> com informações para estudantes estrangeiros.
Envolvimento dos alunos locais	<ul style="list-style-type: none"> - nenhum programa organizado ao nível das universidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - organizam-se receções especiais para os alunos Erasmus.
Formação dos professores	<ul style="list-style-type: none"> - nenhum dos professores questionados tem formação na educação intercultural. -nenhum programa organizado pelas universidades na formação dos professores sobre a educação intercultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - cinco dos professores têm formação na educação intercultural. -acesso livre aos docentes nos cursos/conferências sobre multiculturalidade e outro assuntos relacionados

Passando para os resultados do primeiro questionário aplicado a estudantes, estes mostram semelhanças nas seguintes situações:

- A maioria dos estudantes questionados, tanto em Portugal como na Roménia, considera difícil fazer amigos portugueses, respectivamente romenos;
- A maioria dos estudantes questionados considera Portugal, respectivamente Roménia, país racista.

Mesmo assim, as razões indicadas no primeiro caso são bastante diferentes. Assim, os estudantes estrangeiros da universidade portuguesa encontram os portugueses fechados, desconfiados, preconceituosos e com um círculo de amizades restrito:

“Os portugueses são muito fechados e na maioria das vezes não dão abertura para maior aproximação em termos de amizade aos estrangeiros”.

“São muito fechados. Abrem-se pouco com os estrangeiros”.

“Os portugueses não são muito abertos para inserir pessoas novas nos seus ciclos de amizade”.

“Parece difícil ser convidado em casa, fazer coisas juntos, porque muitas vezes já têm um círculo de amigos (portugueses)”.

“They are very conservative and traditional - they stick with the friends they have and their family members”.

Ao contrário, os romenos são vistos como indelicados, aproveitadores, com um ar de superioridade:

“They make a person feel small in comparison to them selves”.

“They seem to be suspicious and rude”.

Do outro lado, há também uma considerável percentagem que considera fácil fazer amigos em ambos os países, sendo as razões similares: pessoas abertas, sociáveis, simpáticas.

Na segunda situação, todos os casos de discriminação relatados pelos estudantes estrangeiros em Portugal ocorreram fora do meio académico, enquanto na Roménia estes ocorreram tanto no meio académico como fora dele. A maioria dos casos de discriminação fora das universidades, em ambos os países, estão relacionados com:

- comentários racistas, *bullying*, preconceitos (n=20)
- recusa no emprego, arrendamentos, outro serviços (ex: bancos, lojas, etc) (n=13)

- tratamento superior, com diferenças (n=10)
- recusa de desconto em transporte ou outros serviços (n=2)
- comportamento discriminatório por parte das autoridades (n=1).

Portugal:	Roménia:
<i>“Não consegui arrendar um quarto por causa de ser brasileira”.</i>	<i>“They are not welcoming. Frequent event for bullying, scamming, robbing or mistreating often are targeted to the foreigners”.</i>
<i>“As pessoas ainda são bastante conservadoras e reagem com estranheza às pessoas diferentes e ainda têm muito preconceito com os imigrantes, com os negros, com os brasileiros, etc”.</i>	<i>“I have witnessed countless times friends and colleagues being mistreated, abused, verbally or physically attacked by Romanians, over racial and ethnic origins”.</i>
<i>“I notice a glass ceiling for people of colour. It seems that almost every black person has a low ranking job”.</i>	<i>“We are not allowed to get heating discounts because we are foreign students...”</i>
<i>“Dão poucas oportunidades de trabalho a estrangeiros”.</i>	

No caso da Roménia as situações discriminatórias dentro das universidades entram nas seguintes categorias:

- comportamento diferenciado nas aulas, no modo de ensino (n=4)
- comportamento inadequado do pessoal administrativo/secretariado (n=3)
- não cumprimento dos direitos (ex: cursos em inglês, cursos de prática, etc) (n=3)
- diferenças nos problemas relacionados com documentos (n=2).

“In the foreign secretary's office they can be very rude and insulting”.
“We are taught less than the Romanian division. We are given less exposure of practical lesson”.
“We get less education but it's still expected very much from us”.

No que diz respeito à pergunta sobre os serviços académicos, 94% dos estudantes estrangeiros da universidade portuguesa nunca teve nenhum tipo de problema:

“Os funcionários da UNL sempre estiveram disponíveis, atenciosos e corteses comigo”.

“Os serviços como contabilidade e secretaria sempre se mostraram muito atenciosos”.

Muito importante de mencionar é que houve alguns casos de insultos e assédio na unidade de ensino, mas que em ambos os países na maioria das vezes não foram reportados às autoridades competentes. Apesar de o número de casos ser reduzido, este tipo de comportamento não deve estar presente nas unidades curriculares.

<i>“Insultos pessoais e ao meu país de origem feitos pela professora”.</i>	<i>“For example: <When you are in my country you shut up and do what I say>”.</i>
--	---

<i>“Os colegas de classe rirem por não entender a forma de falar ou palavras específicas, de certa forma, é uma situação que incomoda”.</i>	<i>“One professor called my colleagues and I for stupid”.</i>
	<i>“Some professors and doctors verbally abuse foreign students and blackmail them”.</i>

Para confirmar os dados acima descritos, nas Tabelas (2, 3) faz-se uma apresentação dos dados obtidos no primeiro questionário a estudantes.

Tabela 2. Portugal

Pergunta*	Respostas (percentagem/frequência)			
Fazer amigos	Muito fácil 12% (n=8)	Bastante fácil 33% (n=23)	Bastante difícil 39% (n=27)	Muito difícil 16% (n=11)
Insultos/assédio	Não, nunca 79% (n=55)	Sim, uma- duas vezes 13 % (n=9)	Sim, três- quatro vezes 3% (n=2)	Sim, cinco ou mais vezes 6% (n=4)
Denunciar às autoridades	Não, nunca 100%	Sim, uma vez -	Sim, cada vez -	-
Maltrato/serviços de má qualidade	Não, nunca 94% (n=64)	Sim, uma- duas vezes 6% (n=4)	Sim, três- quatro vezes -	Sim, cinco ou mais vezes -
Portugal racista	Não, de modo nenhum 34% (n=24)	Sim, até certo ponto 53% (n=37)	Sim, muito 13% (n=9)	-

*Ver as perguntas no Anexo 1

Tabela 3. Roménia

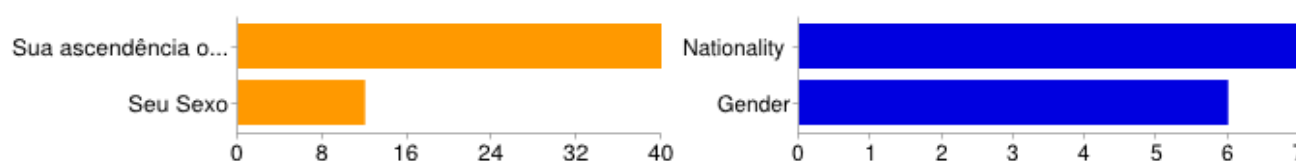
Pergunta	Respostas			
Fazer amigos	Muito fácil	Bastante fácil	Bastante difícil	Muito difícil
	29%	21%	43%	7%
	(n=4)	(n=3)	(n=6)	(n=1)
Insultos/assédio	Não, nunca	Sim, uma-duas vezes	Sim, três-quatro vezes	Sim, cinco ou mais vezes
	57%	29%	0%	14%
	(n=8)	(n=4)	(n=0)	(n=2)
Denunciar às autoridades	Não, nunca	Sim, uma vez	Sim, cada vez	
	83%	-	17%	-
	(n=5)		(n=1)	
Maltrato/serviços de má qualidade	Não, nunca	Sim, uma-duas vezes	Sim, três-quatro vezes	Sim, cinco ou mais vezes
	46%	46%	0%	8%
	(n=6)	(n=6)	(n=0)	(n=1)
Roménia racista	Não, de modo nenhum	Sim, até certo ponto	Sim, muito	
	43%	50%	7%	-
	(n=6)	(n=7)	(n=1)	

No segundo questionário aplicado a estudantes, o EDS, também se nota uma diferença entre as repostas dos estudantes estrangeiros em Portugal e na Roménia, sendo que nas universidades deste último país encontra-se um maior grau de discriminação presente. Assim, na primeira pergunta relativa ao facto de ser tratado com menos cortesia embora a maioria (63%) dos estudantes estrangeiros da universidade portuguesa respondesse que houve situações, os valores estão dispersos de tal forma que estas situações acontecem raramente e muito raramente. Nas universidades romenas a percentagem da maioria (81%) é superior do que em Portugal e, ainda, a forma da dispersão dos valores indica que as situações de tratamento com menos cortesia acontecem com mais frequência.

Relacionado com o facto de ser tratado com menos respeito do que os outros, a maioria tanto na universidade portuguesa (54%) como na romena (79%) inclui respostas afirmativas, sendo a dispersão dos valores a indicar que estas situações acontecem com mais frequência nas universidades romenas. Nas perguntas 3 e 5 (tratado como se não for inteligente ou como se for desonesto) os resultados são similares, ou seja, a maioria (59% Portugal, 71% Roménia) afirma a existência das situações, sendo estas mais frequentes na Roménia. Uma diferença aparece nos resultados à pergunta 6 (tratamento com superioridade por parte das outras pessoas) onde os valores são similares, acontecendo esta situação com mais frequência em ambos os países.

Contudo, um aspeto positivo é que as perguntas com um maior grau de gravidade (4, 7, 8) têm os valores mais baixos, ou seja a discriminação não chega a pontos extremos (insultos, ameaças).

Em ambos os casos a principal razão mencionada para estas experiências de discriminação é a origem nacional (Portugal 77%, Roménia 54%), sendo importante mencionar que na Roménia a diferença na escolha entre sexo e origem é muito baixa.



Segue-se nas Tabelas 4 e 5 a apresentação dos dados do EDS.

Tabela 4. Portugal

Pergunta	1	2	3	4	5	6	7	8
Resposta								
Quase todos os dias	3% (n=2)	1% (n=1)	6% (n=9)	3% (n=2)	4% (n=3)	14% (n=10)	1% (n=1)	1% (n=1)
Pelo menos uma vez por semana	6% (n=4)	6% (n=4)	7% (n=5)	3% (n=2)	6% (n=4)	12% (n=8)	0% (n=0)	3% (n=2)
Algumas vezes por mês	23% (n=16)	14% (n=10)	12% (n=8)	7% (n=5)	1% (n=1)	12% (n=8)	7% (n=5)	1% (n=1)
Algumas vezes por ano	17% (n=12)	20% (n=14)	15% (n=10)	10% (n=7)	11% (n=8)	25% (n=17)	19% (n=13)	9% (n=6)
Menos de que uma vez por ano	14% (n=10)	13% (n=9)	16% (n=11)	4% (n=3)	19% (n=13)	12% (n=8)	6% (n=4)	4% (n=3)
Nunca	37% (n=26)	46% (n=32)	41% (n=28)	72% (n=48)	59% (n=41)	26% (n=18)	67% (n=46)	81% (n=57)

Tabela 5. Roménia

Pergunta	1	2	3	4	5	6	7	8
Resposta								
Quase todos os dias	7% (n=1)	21% (n=3)	7% (n=1)	7% (n=1)	0% (n=0)	29% (n=4)	0% (n=0)	0% (n=0)
Pelo menos uma vez por semana	27% (n=4)	7% (n=1)	14% (n=2)	0% (n=0)	7% (n=1)	14% (n=2)	8% (n=1)	0% (n=0)
Algumas vezes por mês	7% (n=1)	14% (n=2)	14% (n=2)	7% (n=1)	14% (n=2)	7% (n=1)	8% (n=1)	0% (n=0)
Algumas vezes por ano	27% (n=4)	36% (n=5)	29% (n=4)	14% (n=2)	14% (n=2)	21% (n=3)	15% (n=2)	15% (n=2)
Menos de que uma vez por ano	13% (n=2)	0% (n=0)	7% (n=1)	0% (n=0)	21% (n=3)	14% (n=2)	8% (n=1)	15% (n=2)
Nunca	19% (n=3)	21% (n=3)	29% (n=4)	71% (n=10)	43% (n=6)	14% (n=2)	62% (n=8)	69% (n=9)

Confirmam-se assim as hipóteses do início com os resultados do inquérito a professores a indicarem que os professores romenos estão menos preparados e os resultados dos questionários a estudantes a revelarem um maior grau de discriminação nas universidades romenas.

7. Conclusões e Recomendações

Com a diversidade cultural cada vez mais presente no nosso dia-a-dia a escola deve ser capaz de integrar eficazmente todos os seus estudantes, fazendo com que a identidade cultural de cada um seja respeitada, bem como proporcionar ambientes educativos que promovam a interculturalidade. Mas para implementar políticas mais bem informadas e para promover a equidade e a eficiência na educação e formação, os Estados Membros da UE devem criar uma política de intervenção capaz de recolher dados necessários e implementar estudos independentes de avaliação que criem conhecimento sobre o que funciona e o que não funciona na educação intercultural.

Por isso e também tendo em conta os pontos descritos na parte teórica e os resultados da parte empírica recomenda-se às universidades dos dois países envolvidos neste estudo o seguinte:

- Criar um melhor sistema de monitorização dos estudantes estrangeiros e dos casos de discriminação.
- Criar um programa de envolvimento dos estudantes locais na integração académica dos estudantes estrangeiros.
- Custos mais baixos dos cursos de línguas, cursos grátis ou com desconto para estudantes não Erasmus ou desempregados.

No caso da Roménia recomenda-se ainda:

- Implementação de cursos educativos interculturais.
- Fornecer formação aos professores no que diz respeito a educação multicultural e intercultural.
- Apoio para a promoção das outras culturas presentes nas universidades – organização de eventos/programas envolvendo todas as partes.
- Uma maior abertura para as colaborações com instituições de ensino superior internacionais, a fim de atrair mais estudantes estrangeiros e para futuras colaborações.

Em síntese, ainda é preciso trabalhar mais para reunir todas as condições de um bom funcionamento nas universidades com estudantes estrangeiros e para alcançar um modelo uniforme europeu. Tentando responder à primeira pergunta de partida do estudo, pode-se dizer que Portugal tem mais progressos do que a Roménia, sendo atingidos quase todos os pontos descritos na parte teórica. A Roménia não cumpre a maioria das recomendações da UE no que diz respeito à educação em geral, muito menos na educação intercultural. Há graves faltas de condições para assegurar uma boa educação para os estudantes tanto romenos como estrangeiros.

Relativamente à segunda pergunta de partida, como já foi notado na parte empírica, a discriminação está presente nas faculdades envolvidas neste estudo, portanto é muito provável que esteja presente em várias faculdades da UE. Mas é importante mencionar que na Roménia o grau de presença é mais elevado do que em Portugal, precisamente por causa do não cumprimento das recomendações da EU. Como consequência, esta situação leva a uma outra hipótese, a de que os países membros recentes da UE estão mais propensos a ter irregularidades nos sistemas de ensino. Portanto, o presente estudo pode servir como um ponto de partida para futuras investigações mais amplas, sendo esta amostra limitada e os resultados não podem ser generalizados a uma população maior.

Por último mas não menos importante relebramos que a educação é o processo que molda as futuras gerações, sendo esta composta por quatro pilares fundamentais: 1) aprender a conhecer; 2) aprender a fazer; 3) aprender a viver com os outros; 4) aprender a ser¹⁰. A educação intercultural corresponde ao terceiro pilar da educação: aprender a viver com os outros e é vital para o desenvolvimento de uma sociedade em harmonia. Portanto, a educação intercultural deve estar presente em todos os níveis de ensino para facilitar a aprendizagem das habilidades básicas que permitam a coexistência pacífica entre os grupos que reivindicam a diferença, seja ela a identidade étnica, cultural ou de interesse¹¹.



“We may have different religions, different languages, different colored skin, but we all belong to one human race.” (Kofi Annan)

¹⁰ Delors, J.: *L'éducation: Un trésor est caché dedans*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

¹¹ Relatório de pesquisa da Agência para o Desenvolvimento Comunitário “Juntos” (Roménia): *Educația interculturală, de la teorie la practică*, 2010.

Referências

ACIDI (2010). II Plano para a Integração dos Imigrantes. Pii 2010 – 2013. *Diário da República*, 1ª Série, nº 182.

Agência Română de Asigurare a Calității în Învățământul Superior (2010). *Barometrul Calității-2010. Starea calității în învățământul superior din România*. București

Asociația Română pentru Promovarea Sănătății (2011). *Un Viitor Împreună – O societate pregătită să accepte și să beneficieze de prezența cetățenilor străini cu ședere legală în România*. Disponivel a partir de: http://ori.mai.gov.ro/api/media/userfiles/brosura_02.pdf

Carrera S. & Geyer F. (2009). *EU Policy on Education: The Impact on the Social Inclusion of Vulnerable Groups*, CEPS Special Report.

Casa-Nova, J. M. (2005). *Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas*. Ensaio, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 181-216.

Clark, N. (2009). What Defines an International Student? A Look behind the Numbers. *World Education News & Reviews*, vol. 22, nº 7.

Education, Audiovisual and Culture Executive Agency (2009). *Integrating Immigrant Children into Schools in Europe*. Brussels.

European Commission's Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities (2006). *Measuring Discrimination. Data Collection and EU Equality Law*.

European Commission's Directorate-General for Education and Culture (2008). *Education and Migration strategies for integrating migrant children in European schools and societies*. Brussels.

European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (2006). *Migrants' Experiences of Racism and Xenophobia in 12 EU Member States: Pilot Study*.

European Union Agency for Fundamental Rights (2007): *Report on Racism and Xenophobia in the Member States of the EU*.

Inspectoratul General pentru Imigrări (2012). *Buletin statistic în domeniul imigrației și azilului*. București.

Kücking, S. (2011). *Internationalisation and the Integration of International Students at the University of Twente* (dissertação). Enschede: Universidade Twente.

Lange, A. (1997). *Immigrants on Discrimination II*. CEIFO.

Lee, J.J. & Rice, Charles (2007). *Welcome to America? International student perceptions of discrimination*. Arizona: Centre for the Study of Higher Education, University of Arizona.

Legea Educației Naționale (2011). București. Disponibil a partir de: http://www.fen.ro/legea_educatiei_final.pdf.

Lei de Bases do Sistema Educativo (Versão nova Consolidada 2005). Disponibil a partir de: <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=84&doc=1174>.

Luciak, M. (2003). *Migrants, Minorities and Education*. Luxembourg: European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia.

Nusche, D. (2009). *What Works in Migrant Education? A Review of Evidence and Policy Options*. OECD Education Working Papers, No. 22. <http://dx.doi.org/10.1787/227131784531>

Păunescu, B. & Alexe, I. (2011). *Studiu Asupra Fenomenului Imigrației în România. Integrarea Străinilor în Societatea Românească*. Disponibil a partir de : http://www.soros.ro/sites/default/files/ro_115_IMIGRATIE_2011_RO.pdf

Rienties, B et al (2011). *Understanding academic performance of international students: the role of ethnicity, academic and social integration*. The International Journal of Higher Education Research.

Report from the Education Council to the European Council (2001). *The concrete future objectives of education and training systems*. Brussels.

Rodrigues, E. C. (2009). *A integrações dos alunos estrangeiros na escola portuguesa* (dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Silva, M.C.V. & Gonçalves, C. (2011). *Diversidade linguística no sistema educativo português: necessidades e práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário*. Lisboa: ACIDI, Estudo 46.

The Pestalozzi Programme Council of Europe Training Programme for education professionals (2012). *Education for the prevention of discrimination. Trainer training module series*.

Verbik, L. & Lasanowski, V. (2007). *International Student Mobility: Patterns and Trends*. London: The Observatory on Borderless Higher Education.

Williams, David R. (2012). *Measuring Discrimination Resource*.

http://scholar.harvard.edu/files/davidrwilliams/files/measuring_discrimination_resource_feb_2012_0.pdf

Anexo 1

Questionário a estudantes

Q1. Considera que seja fácil ou difícil fazer amigos romenos/portugueses?

- Porquê?

Muito fácil	x%
Bastante fácil	Y%
Bastante difícil	z%
Muito difícil	w%

Q2. Já foi submetido a insultos ou outras formas de assédio na unidade de ensino por causa de sua origem estrangeira durante o seu tempo de permanência?

- Que tipo de insulto e/ou forma de assédio?

Não, nunca	x%
Sim, uma-duas vezes	y%
Sim, três-quatro vezes	Z%
Sim, cinco ou mais vezes	W%

.....

Q3. Se respondeu "sim " à pergunta anterior já denunciou isso às autoridades?

Não	x%
Sim, uma vez	y%
Sim, cada vez	z%

Q4. Alguma vez foi maltratado ou recebeu serviços de má qualidade nos contatos com os serviços académicos por causa da sua origem estrangeira? Relate uma situação.

Não, nunca	x%
Sim, uma-duas vezes	y%
Sim, três-quatro vezes	z%

Sim, cinco ou mais vezes w%

Q5. Considera que Roménia/Portugal é um país racista? Porquê?

Não, de modo nenhum x%

Sim, até certo ponto y%

Sim, muito z%

Q6. Qual é a sua nacionalidade?

-

Anexo 2

Questionário EDS

No seu dia- a-dia, quantas vezes alguma das seguintes situações já aconteceram/ acontecem?

1. É tratado com menos cortesia do que outras pessoas
2. É tratado com menos respeito do que outras pessoas.
3. As pessoas agem como se pensam que você não é inteligente.
4. As pessoas agem como se eles estão com medo de si.
5. As pessoas agem como se pensam que você é desonesto.
6. As pessoas agem como se fossem melhores do que si.
7. Chamam-te com alcunhas ou és insultado.
8. Estás ameaçado ou assediado.

Respostas:

Quase todos os dias

Pelo menos uma vez por semana

Algumas vezes por mês

Algumas vezes por ano

Menos do que uma vez por ano

Nunca

- Qual pensa que é a principal razão para estas experiências? (Pergunta só para quem responder “Algumas vezes por ano” ou mais frequentemente, pelo menos, uma questão)

1. Sua ascendência ou origem nacional
2. Seu Sexo

Anexo 3

Portugal: número de estudantes participantes por país de origem

País de origem	Número de respondentes
Brasil	29
Espanha	6
Angola	6
Itália	4
Ucrânia	4
Rússia	3
Roménia	3
Colombia	2
Cabo Verde	2
Guiné-Bissau	2
São Tomé e Príncipe	1
Canadá	1
Inglaterra	1
Bélgica	1
Paraguai	1
Sérvia	1
Tailândia	1
Moldávia	1
Moçambique	1

Roménia: número de estudantes participantes por país de origem

País de origem	Número de participantes
Espanha	2
França	2
Noruega	2
Malásia	2
Itália	2
Bulgária	1
Estados Unidos da America	1
Macedónia	1
Alemanha	1
Canadá	1

Anexo 4

Inquérito a professores

1. Idade:

<25 anos ☐

26– 35 anos ☐

36 – 45 anos ☐

46 – 55 anos ☐

>55 anos ☐

2. Sexo:

Masculino ☐ Feminino ☐

3.Nacionalidade:

4.Habilitações Académicas:

5. Qualificação Pedagógica:

6. Disciplina:

7.Tempo de serviço:

<5 anos ☐

6 – 10 anos ☐

11 – 15 anos ☐

16 – 20 anos ☐

21 – 25 anos ☐

>25 anos ☐

8. Nas suas turmas há alunos de origem estrangeira?

Sim ☐ Não ☐

9. Como tem sido a reacção dos seus alunos perante a existência de alunos de origem

estrangeira na turma?

Boa ☐ Má ☐ Indiferente ☐

10. Na sua experiência considera que os alunos de origem estrangeira apresentam maiores dificuldades de inserção na vida escolar?

Sim ☐ Não ☐

Porquê?

11. Considerando os seguintes qualificadores como caracteriza o desempenho escolar dos alunos de origem estrangeira?

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

11.1. Que razões encontra para este desempenho?

12. Pensa que a origem cultural condiciona o aproveitamento dos alunos de origem estrangeira?

Sim ☐ Não ☐

Porquê?

12.1. O que é que tem feito para ultrapassar este problema? (responder esta pergunta apenas se a resposta à pergunta no ponto 11 for Sim)

13. O plano curricular escolar respeita as diferenças culturais dos alunos?

Sim ☐ Não ☐

13.1. Em que medida?

14. Produz materiais didáticos de carácter intercultural nas suas aulas?

Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☐

14.1. Que tipo de materiais?

15. Costuma implementar actividades de carácter intercultural nas suas aulas?

Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☐

15.1. Que tipo de actividades?

15.2. Como é que tem sido o comportamento da turma perante essas actividades?

15.3. Como é que tem sido o comportamento dos alunos de origem estrangeira perante essas mesmas actividades?

15.4. Considera que essas actividades têm contribuído para uma melhor integração dos alunos de origem estrangeira na sua escola?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, em que medida?

Se não, porquê?

16. Pensa que é vantajoso ter uma turma com alunos de diferentes origens culturais?

Sim ☐ Não ☐

Porquê?

17. Dê pelo menos dois exemplos da riqueza da diversidade cultural na sua disciplina:

18. Já frequentou algum curso ou acção de formação sobre a educação intercultural?

Sim ☐ Não ☐

18.1. Que tipo de formação?

18.2. Considera que foi útil?

Sim ☐ Não ☐

Porquê?

18.3. Tem aplicado os conhecimentos adquiridos na formação?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, como?

Se não, porquê?

19. Considera que a formação na área da educação intercultural deve ser frequente?

Sim ☐ Não ☐

Porquê?

20. A nível da sua disciplina, o que pensa fazer para melhorar/ favorecer a integração de alunos de origem estrangeira na sua escola?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo 5

Exemplo questionário preenchido por professores

1. 36-45 anos
2. Masculino
3. Portuguesa
4. Mestrado
5. Docente
6. Português para estrangeiros
7. 6-10 anos, 11-15 anos
8. Sim
9. Boa
10. Não. Pelo que me têm contado, não têm grandes problemas no que diz respeito à inserção na vida escolar mas há uma barreira invisível no que diz respeito a amigos portugueses. Dizem que os portugueses são muito fechados, não são muito dados a fazer novos amigos entre estrangeiros. Cá eu tenho as minhas dúvidas.
11. Suficiente
11.1 A "vida" de Erasmus é mais descontraída e eles só pretendem gozar a vida.
12. Não
13. Sim
13.1 No que diz respeito aos alunos erasmus, não há grandes diferenças culturais.
14. Às vezes.
14.1 Materiais que lhes permitam falar sobre a sua cultura. Powerpoints, material áudio, playlist de música, entre outros
15. Sim
15.1 Discussões orais
15.2 Muito positiva
15.3 Muito empenhados
15.4 Sim. Pelo simples facto de se poderem relacionar melhor uns com os outros.
16. Sim. Porque temos sempre muito mais para aprender e, para além disso, essa aprendizagem é feita de uma forma muito simples e salutar.
17. Conhecer um pouco a realidade do dia a dia de outras culturas, as mundividências de cada um dos alunos que vindo de culturas diferentes atribuem um carácter "mais ou menos exótico" à aula.
18. Sim.
18.1 Educação multicultural no ramo de formação educacional
18.2 Sim. A nossa cultura e mundividência limita-nos e é sempre bom termos acesso a outras perspetivas e um ensino/advertência para a diversidade cultural é sempre uma mais valia para nós, enquanto pessoas ou docentes.

18.3 Sim. Tentando ouvi-los sempre que possível e fazendo questões sobre a cultura de cada um dos alunos.
19. Sim. Pelas mesmas razões que referi anteriormente.
20. Penso que já foi tudo dito anteriormente, basta continuar a fazer o mesmo.

Exemplo questionário preenchido por estudantes

1. Bastante difícil
Os Portugueses não são muito abertos para inserir pessoas novas nos seus ciclos de amizade, pelo menos não como no Brasil, meu país de origem. Lá as pessoas são mais abertas e convidativas. Fiz alguns colegas na universidade mas a relação não ultrapassa os limites das salas de aulas e trabalhos académicos.
2. Não, nunca
3. Não
4. Não, nunca
5. Sim, muito
Porque presenciei em várias situações piadas e comentários maldosos, como também atitudes de menosprezo com negros, mulatos e mulheres brasileiras.
6. Brasileira
EDS:
1. Algumas vezes por mês
2. Nunca
3. Pelo menos uma vez por semana
4. Nunca
5. Algumas vezes por ano
6. Quase todos os dias
7. Nunca
8. Algumas vezes por mês
- Sua ascendência ou origem nacional